

O Processo dos Espírito Santo

Crónicas da Comissão Parlamentar de Inquérito

2014 | 2015

Francisco Moura Pinheiro | LX | MMXIV | MMXV

O Processo dos Espírito Santo | Crónicas da Comissão Parlamentar de Inquérito | 2014 | 2015

Quando a 3 de Agosto de 2014 a Resolução sobre o Banco espírito Santo foi tomada iniciou-se um Processo Revolucionário na história Portuguesa.

Não apenas no sentido Financeiro, económico. Aqui estava em risco o nome das pessoas. De uma Família, daquela Família cujo nome adornava as fachadas mais conceituadas das várias capitais de distrito Portuguesas e além-fronteiras, os Espírito Santo.

Nesse instante, perante o meu ‘choque e medo’, na incerteza de que algo se iria passar, comecei a tirar notas, apontamentos.

Quando a comissão começou, assim que o alarido mediática em torno dessa ‘salgada’ figura se fez afã da angústia e raiva Nacional, dei início às minhas crónicas sobre a, considerada, mais importante Comissão parlamentar de Inquérito da democracia Portuguesa.

Mas uma crónica não pode viver da reportagem. Para isso lê-se um relato estrito sobre o ocorrido.

Propus-me a escrever o paralelo com o passado estórico que a história tem. Busquei as referências que me iam surgindo em torno daquilo que assistia em directo na televisão, lia nos jornais, ouvia na opinião de quem me ia relatando a sua visão factual do que se estava a passar.

A 16 de Abril de 2015 foi entregue o relatório desta profunda análise à Consciência Nacional.

Foi certo, foi errado? Ou foi a opção correcta?

O tempo o dirá.

Aquilo que aqui deixo é a crónica daquilo que, na versão da estória, a história o dirá.

2014 | Cronologia resumida dos factos essenciais:

14 de Julho

Ricardo Salgado é destituído da Administração do Banco Espírito Santo e substituído por Victor Bento.

17 de Julho

Maria Luís Albuquerque, Ministra das Finanças garante no Parlamento que não há nenhuma recapitalização ou nacionalização prevista para o Banco Espírito Santo e para os problemas que se desenham.

24 de Julho

Ricardo Salgado é constituído arguido e ouvido pelo Tribunal Central de Instrução Criminal no âmbito do Processo Monte Branco, investigação da maior rede de branqueamento de capitais em Portugal.

30 de Julho

O Banco Espírito Santo apresenta o maior prejuízo na história da banca portuguesa, no valor de 3577,3 milhões de euros, apesar de ser apenas a divulgação do resultado semestral. Surge ainda um novo ‘buraco’ de 1500 milhões que eleva o prejuízo para 4253,5 milhões de euros.

1 de Agosto

Só depois de dois dias é que a CMVM interrompe a negociação de títulos do Banco Espírito Santo, desvalorizados em mais de 90% na última semana de instabilidade.

3 de Agosto

Carlos Costa, Presidente do Banco de Portugal apresenta a resolução para o Banco Espírito Santo, eliminando a sua existência enquanto empresa familiar, cujo nome desaparece. Passa a ser o Novo Banco, recapitalizado em 4900 milhões de euros sem risco para o contribuinte com dinheiro do fundo de resolução.

Victor Bento, para já, mantém-se seu Presidente, numa experiência que divide o Banco em dois: banco bom, banco mau. De um lado aquilo que se salva, do outro tudo o que é tóxico. A Família é expurgada da sua existência. O seu nome aniquilado das fachadas que enobreceram a capital Portuguesa e orgulharam a Nação Lusitana.

Introdução

A Embaixada Portuguesa | Tradição ruinosa da Opulência

Portugal tem uma longa tradição de opulência ruinosa cujo marco inicial se pode designar com a, agora, famosa Embaixada Portuguesa de El-Rei D. Manuel I ao Papa Leão X de Roma no Vaticano.

Chefiada por Tristão da Cunha, o primeiro Governador Português da Índia, a Embaixada tinha como objectivo deslumbrar a Santa Sé e fazer o poder religioso vergar às políticas de D. Manuel. Se em parte isso foi conseguido, a memória que relegou à actualidade, do bom nome Português em Roma, não foi indicativo do fausto representativo da Nação soberana do século XVI.

O dia era 20 de Março de 1514, e se oito dias antes as multidões Romanas tinham enlouquecido com a dimensão e riqueza da Embaixada Portuguesa, neste dia, a Praça de São Pedro iria ter um espectáculo que não se tinha visto desde a queda do Império Romano, e que nunca se voltou a repetir até aos dias de hoje.

Não só as carruagens se adornaram com tecidos exóticos, como a pedraria era luxuosa e nunca vista nesta dimensão no Continente Europeu.

Mais impressionante eram os animais selvagens trazidos de Lisboa, através do Porto de Ostia, chegados a Roma com pompa e circunstância numa oferta papal irrecusável. Havia um cavalo persa, uma onça de caça, e o famoso elefante Hanno, o presente preferido de Leão X e sua corte Papal.

Ao mesmo tempo que se discutia a Fé Católica e o bom nome do Espírito Santo em Terras longínquas, o séquito português, instalado durante as negociações com o Vaticano em Roma, recebia a hospitalidade que os Romanos lhe davam.

Em troca do exagero que fora a Embaixada, foi dada uma carta de crédito livre aos seus representantes, e todos os portugueses em Roma, durante aquele período, não pagavam despesa alguma.

Claro que o bom proveito do oportunismo Luso deu bom nome à designação desta tradição de opulência ruinosa que agora se iniciava, e quando alguém nos dá algo de graça, em estado de graça, quer-se sempre mais, e assim foi que, ao não pagarmos as contas, em Roma, 'Portoghes' virou sinónimo de aldrabão.

Passados 500 anos, em 2014, a longa tradição das Embaixadas Portuguesas no Mundo continua, e o epíteto de aldrabão em Roma segue sendo 'Portoghes'. Mas agora já mais não no mundo da religião Católica, e sim no mundo da Política, Finança, e da Sociedade em geral.

Depois da Libertação de um Regime, professando um Novo Espírito Santo, utilizamos a finança nacional como cartão-de-visita português.

Infelizmente parece que a aldrabice de uns tantos, fez do 'Portoghese' o aldrabão nacional. E caída a Família do Santo Espírito, chegou a hora do julgamento da veracidade.

Nota de correção histórica:

Evidente que gostamos de uma boa estória, e como tal, à história dá-se maior profundidade do que aquilo que na verdade existe.

Apesar de em Portugal a versão corrente da expressão italiana 'Portoghese' ser atribuída à Embaixada do Rei D. Manuel I ao Papa Leão X em Roma, a versão Romana é bem diferente. Aqui fica o esclarecimento, apesar de eu utilizar a versão comumente contada em Portugal.

A expressão '*Fare il Portoghese*' que significa, 'fazer-se passar por Português', é na verdade originária de outra história, passada no século XVIII, quando um Embaixador Português em Roma, ao querer impressionar o Papa da altura, convidou todos os seus concidadãos lusos para assistirem a um espectáculo de graça no Teatro Argentina, tendo apenas de indicar a sua nacionalidade para acederem.

Os Romanos, ao verem a 'borla', também quiseram ir, e fizeram-se passar por Portugueses, dando a verdadeira origem à expressão '*Portoghesi*'.

Ainda assim, a versão que se conta da Embaixada de D. Manuel I ao Papa Leão X é verídica, e o fausto e opulência são documentados, assim como a permissividade Romana na hospitalidade à Corte Portuguesa que constituía a Embaixada.

Se houve escândalo foram as tenças pagas à posteriori aos membros da Comitiva pelo seu serviço prestado à Embaixada, verdadeiras fortunas equivalentes a reformas douradas na actualidade.

Comissão Parlamentar de Inquérito ao Banco Espírito Santo

2014

17 de Novembro

9:00 | **Governador do Banco de Portugal | Carlos Costa**

15:00 | Vice-Governador do Banco de Portugal | Pedro Duarte Nunes

18:00 | Vice-Governador do Banco de Portugal e Presidente da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução | José Berberan S. Ramalho

18 de Novembro

9:00 | Presidente do Instituto de Seguros de Portugal | José Figueiredo Almaça

15:00 | Presidente do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários | Carlos Tavares

19 de Novembro

9:00 | Antigo Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos

15:00 | **Ministra de Estado e das Finanças | Maria Luís Albuquerque**

2 de Dezembro

9:00 | ex-Presidente do Novo Banco | Prof. Victor Bento

15:00 | **Presidente do Conselho de Administração da KPMG | Dr. Sikandar Sattar**

3 de Dezembro

9:00 | Técnica do Banco de Portugal que integra a equipa de acompanhamento permanente do BES

A Missa pro Nono Dia

Introito

Vou começar por dizer que não gosto da palavra 'Novo'. Ela tem esse poder de tornar algo que é novo, em velho, assim de repente.

Se pensarmos do ponto de vista prático, o 'New Beetle' foi um fracasso não só pelo carro em si, mas pelo facto de ter o prefixo 'Novo' no seu nome. É que o novo rápido se gasta e depressa fica velho.

Na História de Portugal há a celebre frase de que foram os Portugueses que deram 'Novos Mundos ao Mundo', e se de facto cartografamos o 'desconhecido', de novo apenas criámos o vírus daquilo que se pode, nos dias de hoje, chamar, globalização. O Novo Mundo foi uma ficção, pois ele desde logo era já velho, e a novidade rápido se esfumou na batalha pela presença dos 'novos' conquistadores.

Mais adiante tivemos o Regime que se apelidou de Estado Novo, e se de novo aguentou uns anos, no seu final, a novidade de uma Primavera não o salvou de se ver velho, e o fim foi a Liberdade que nos trouxe aos dias de hoje.

Mas como a todos os introitos, próprios de uma Missa, há sempre uma lição de moral a retirar, antes do novo 'Novo' tivemos outro novo, ou no caso, a Nova Rede. Ele foi a infância rebelde daquele que é hoje o maior banco privado português, o Millenium BCP. E como tudo o que contém o nome Novo é sol de pouca dura, a Nova Rede durou o tempo da extinção da marca.

Palavra do Senhor,
Em nome do Pai, do Filho, e do...

O Processo de Salgar o chão

O que nos salva é a História se repetir em si mesma. Tudo é cíclico e parece que os erros do passado servem de justificativa para a salvação da actualidade.

Não posso fazer um juízo completo sobre a Família Espírito Santo nem alegar as suas culpabilidades. Não conheço, nem ninguém, por completo o caso que envolve a crise quer no Banco, quer no Grupo com o nome da Família. Mas aquilo que posso fazer, é retirar os óbvios paralelos Históricos que todo este Processo está a ter com outro Processo sobejamente conhecido da História da Nação Portuguesa.

Corria o ano de 1758 quando uma tentativa de Regicídio a D. José I falha, e o seu Primeiro Ministro, Sebastião de Carvalho e Mello, numa incessante busca de culpados, encontra na Família Távora o alvo a abater.

Começa aqui aquele que ficou conhecido como um dos primeiros grandes escândalos políticos e sociais da Monarquia Portuguesa, em que toda, ou quase toda, uma Família foi dizimada a mando do poder reinante, sob o crime de conspiração contra a Coroa.

A História deste Processo é longa e extensa, nunca muito bem explicada nos Reais motivos que levaram o futuro Marquês de Pombal a demonstrar tal fúria contra uma só Família.

Como relato final da Família que foi executada em Praça Pública, ali para os lados de Belém, o Palácio dos Duques de Aveiro, co-conspiradores destruído, e o lugar onde existia, o actual Beco do Chão Salgado, o seu pavimento salgado para que nada mais ali crescesse.

Evidente que a pena capital já mais não faz parte do léxico judicial, e por tal não se espera ver uma Família a ser executada num terreiro para que todos vejam. Mas o julgamento em Praça Pública, agora mais mediatisado do que nunca, faz as delícias dos telespectadores, e como tal, o nome Espírito Santo é sinónimo de Távora no novo Processo Judicial da Democracia Portuguesa.

Aquilo que se assistiu na noite de 3 de Agosto de 2014, com a queda do Banco Espírito Santo e a criação do 'Novo Banco' foi uma tentativa de salgar as ruínas de algo que ainda não se deitou a baixo.

Não fosse o seu Presidente demissionário apelidar-se de Salgado, esta história não teria tantos paralelos e coincidências.

No momento seguinte o nome da Família foi considerado um vírus, e como tal, a ser aniquilado. As contas de todos com relação sanguínea ou por casamento, congeladas. E a erradicação do nome que sustentou uma Instituição por 154 anos na Praça das Finanças Mundiais, rotulado de 'Novo'.

De um momento para o outro as figuras e figurões da Corte Lisboeta, desses 1500 que constituem, e sempre constituíram as ditas Famílias tradicionais da Nação que 'Novos Mundos deu ao Mundo', eclipsaram-se na palavra de amizade e apoio que sempre tiveram pelos Espírito Santo. Eles não mais eram que uns vulgares cidadãos acusados de, como disse Carlos Costa, o Governador do Banco de Portugal, crimes de Fraude Fiscal.

Nem mais à Missa a Família podia ir, e no refúgio das palavras do Papa encontraram abrigo.

Mas como o Processo ainda só estava para começar, o sal que já tinham atirado à ferida aberta, estancava a hemorragia, e naquela que se previa a maior Comissão Parlamentar de Inquérito da Democracia Portuguesa, as verdades sobre os crimes perpetrados revertiam mais sobre os acusadores e não tanto sobre os acusados.

Fim do Primeiro Acto

A Santíssima Trindade

A Comissão Parlamentar de Inquérito começou a 19 de Novembro de 2014, e com ela a promessa de uma resolução para o mistério do Espírito Santo. Afinal em quem recaia a culpa pela falência e subsequente divisão da Instituição?

Foi necessário, realístico, provável ou imaginário e descabido?

Os parlamentares começaram a inquirição, e entre todos os ouvidos, três se destacaram pela importância dos seus actos:

Carlos Costa, o Governador;

Maria Luís Albuquerque, a Ministra;

Sikander Sattar, o Auditor.

São eles a Santíssima Trindade dos responsáveis por assegurar de que tudo neste processo foi de feição e que nada falhou. Mas desde a hora zero em que o Governador é ouvido, as duvidas se levantam. As datas não coincidem. A Ministra assegura que sim. O Governador cita pareceres, e quem os escreve refuta a sua análise. A Ministra garante que a ela nenhuma decisão cabe.

A alternância entre Assembleia e Banco de Portugal pela responsabilidade mantém-se acesa até que o Auditor chega.

O Auditor não coloca água na fervura. O mínimo que faz é colocar sal na ferida de um Governo a braços com o erro da divisão.

E da mesma forma que o dinheiro não se multiplica, o Auditor garante a idoneidade do anterior Banco e dos seus Administradores.

Desde o tempo em que a sua empresa audita as contas, tudo bate certo e nada foi escondido. E se o foi, foi com o alto patrocínio das Instituições Estatais que, no seu interesse, fizeram crer os cidadãos da estabilidade de um Banco que já estaria débil antes da queda que desencadeou o fim.

Infelizmente a narrativa não se apimenta mas marca-se por um interlúdio musical, pois ao se misturar política e negócios, nesse cocktail perigoso onde à cabeceira se sentam os advogados, as perguntas dos deputados foram de uma superficialidade total.

Nesta Missa ninguém confessou os seus pecados. Espera-se, portanto, que o condenado, de cruz ao ombro, chegue ao nono dia para iluminar o palco desta cena.

A tragédia Grega

As tragédias Gregas são sempre de uma simplicidade complexa para nos ensinarem as mais escabrosas verdades do Ser Humano.

São perpétuas por isso. Fazem ver que, mesmo com a eterna evolução da Raça, no nosso âmago, somos sempre os mesmos.

Assim, nesta História Familiar, podemos elaborar uma nova tragédia Grega.

Aquela que conta a História de dois primos, juntos no poder, no acto da decisão. A maré muda e o poder de um torna-se mais forte que o outro, mas pelo desígnio dos Deuses, tal seria desproporcional, e a fúria da traição seria a solução.

A punhalada nas costas foi o golpe desferido que matou esta aliança e tornou a amizade fraterna em raiva lancinante. Separaram-se as águas entre o primo bom e o primo mau, sendo que um se protegeu junto dos que acusavam o dono do poder, e o outro se afundava aos pés de quem via nele o alvo a abater.

A tragédia Grega tem sempre um fundo da verdade cambiante no pensamento do Homem, e neste caso, com o auxilio da maré, a Nortada muda o rumo, e o bom pode passar depressa a mau, e de uma só assentada, a onda virar o fim desta História.

Escuta-se o Coro em gritos de revolta. Espera-se o sangue do derrotado.

Fim do Segundo Acto.

As regras do Jogo

Em 1941, enquanto decorriam os bombardeamentos de Londres pela Luftwaffe Alemã, quem se abrigava horas a fio entretinha-se a jogar Cluedo.

O jogo da empresa britânica Waddingtons foi o sucesso da Guerra, pois tinha como simples objectivo descobrir quem, como e onde, tinha morto o Sr. Black.

As regras do jogo eram simples, andar num tabuleiro, de sala em sala, recolhendo possíveis provas do crime, investigando e inquirindo testemunhas, e descartando as opções erradas até chegar ao fim da investigação.

No centro estava um envelope com as três cartas que desvendavam o mistério, e quem acertasse, ganhava.

Simples.

No Portugal contemporâneo, em finais de 2014, sem bombardeamentos que não sejam intelectuais, joga-se algo parecido.

O tabuleiro onde se anda de sala em sala é a Assembleia da República, as provas do crime quem fornece é o Banco de Portugal, e as testemunhas a inquirir são os deputados de todos os Partidos políticos que escolheram.

No total de testemunhas foram quase tantas quantos anos tem o Banco sob investigação, mas pelo facto da maioria ser residente no estrangeiro e por tal, poder responder por escrito, a longa espera da inquirição principal à Família que seguramente cometeu o crime, foi re-agendada já para a próxima segunda feira dia 9 de Dezembro de 2014.

Depois de tanto se especular acerca das verdades escondidas, dos papéis destruídos no escritório improvisado no Hotel Palácio, da fuga para um escritório escondido que todos sabem onde é, e dos jornalistas divulgarem os endereços e moradas de todos os envolvidos em investigação, vai chegar a hora de por a verdade na boca de quem dela sabe.

As duas figuras opostas da Tragédia Grega que encabeça o Processo de condenação Familiar vão ser questionadas. Não só isso como vão, ao fim de quase cinco meses, falar de viva voz. É a vez de abrir o envelope no meio deste tabuleiro.

A Missa que hoje rezei, na premissa do que vai acontecer amanhã, serve como testemunho que as Palavras Sagradas, acompanhadas por cânticos, nos ensinam lições importantes. É que quem espera sempre alcança.

E amanhã o Espírito Santo vai de novo voar.

2014

9 de Dezembro

9:00 | ex-Presidente do Grupo e Banco Espírito Santo | Dr. Ricardo Salgado

O Inquérito à Consciência

Sal Salgado

Em 1934 é publicada a Mensagem de Fernando Pessoa.

Nela se incluía um dos mais emblemáticos poemas da língua portuguesa: 'Ó Mar Salgado'; uma ode à transepopeia dos navegadores portugueses que arriscaram a sua vida nesse mar que os roubou à viúvas que em terra ficaram a chorar a sua morte.

Em 2014 a Mensagem publicada às Pessoas é outra.

O mar continua Salgado e as lágrimas são ainda de Portugal. O relato é agora da transepopeia da Família despojada daquilo que criou e da queda que envolveu as finanças de um país a braços com a viuvez de muitos que choram o que perderam.

Mas da pena não reza a História, e dos caídos se faz a memória dos que gritam a vitória. O Mar, esse, segue Salgado, quebrando o silêncio da maré e retumbante na Costa, quebra nas ondas de mudança das palavras que traz.

A manhã acordou diferente na cidade onde os 'Velhos do Restelo' se viram de novo 'Novos', e como dizia o poeta, 'Valeu a pena? Tudo vale a pena, se a alma não é pequena.'

'Choque e Medo'

'Só se deve temer o próprio medo'

Caio Júlio César

Estávamos a 15 de Março de 44 A.C., os ditos 'idos de Março', quando um grupo de opositores ao ditador Romano, Caio Júlio César, desferem os golpes finais que dão inicio ao fim de uma dinastia.

Foram 39 punhaladas que feriram de morte o César mais famoso da República que viu assim a criação do seu Império.

Para a História, ainda que caído na traição daqueles que o atraiçoaram, ficou o golpe desferido pelo próprio familiar, que lhe valeu a autoria da imortal frase: '*Et tu, Brute?*' (versão teatralizada por William Shakespear)

No nosso Portugal do século XXI, sem artifícios teatrais nem refúgios à História da Roma antiga, a saga das Famílias caídas na miséria da traição, segue o enredo que a cultura de sangue latino proporciona aos contadores de estórias.

Estávamos a 9 de Dezembro de 2014, o futuro 'ido do nove', quando, após meses de traição e mentira perpetrada por todos, encabeçada pela imprensa sob o vínculo de primos e sobrinhos, se desferiram golpes quase mortais.

Ricardo Salgado jazia moribundo numa poça de sangue, olhado de soslaio como o culpado pela iminente queda do Império que viu florescer.

No quebrar de um silêncio, criticado desde logo pela factualidade sem emoção que transmitia, reverteu os 39 golpes que lhe foram desferidos, e de uma assentada só, num extenso e longo comunicado, repôs aquilo a que chamou 'a sua verdade dos factos'.

Revendo-se seguramente nas palavras do seu congénere caído, séculos antes em Roma, não temeu mais que o próprio medo, e frente a tudo e todos, contou a versão que, até há data, ficara em silêncio.

'Shock and Awe'

O capital da Capital

Lisboa é a cidade das sete colinas e dos dois Costas.

1255 é o ano em que oficialmente se torna capital do Reino, após carta foral atribuída em 1179 por El Rei D. Afonso Henriques.

A cidade cresce em torno da geografia que a delimita, frente a um rio que a alimenta, e da qual, em tempos de Expansão, Mundos ao Mundo são cartografados por naus que daqui partiram.

No 'ring fencing' que a cerca Fernandina faz da cidade em tempos de guerra, a cidade delimitando-se em algumas das sete colinas que a história relega à lenda citadina, e sobre elas me verso, na descoberta de que às sete existentes, e às descidas que a subida de cada remete, dois Costas se juntam nesta História que já vai longa.

Se um dos Costas se encarrega do domínio da capital, fazendo da sua Presidência, lugar político de transição, o outro, instalado no limite da cidade que cresceu, vê-se na direcção do periódico que imprime à Nação a ideia pela qual se rege a opinião.

Enquanto um vai descendo a encosta política, a braços com um problema jurídico que envolve problemas de cariz Social, o outro escala essa subida na exaltação da sabedoria popular do julgamento sem causa, onde a ideia de que a emoção se sobrepõe ao facto, sem regra a impor, numa condição de pré-julgamento feito por quem ganha com a venda de papel que vale apenas o dia em que sai.

Lisboa, Olissipo de estimação, sete colinas tem, e às costas expulsa aqueles que às portas não se entalam para deixar quem por aqui tem de ficar.

Mea Culpa, Mea Culpa, Mea Maxima Culpa

A Família Espírito Santo, como próprio nome indica, tem raízes católicas profundas. Investigar um pouco a sua história familiar é descobrir a humilde origem na 'roda', e de como um nome Católico traça o rumo de uma Instituição que faz parte da História de um País que se diz laico em Democracia, mas sempre se fez aliado da Igreja nos momentos que o definiram.

A casa da Família, na Gandarinha, em Cascais, tem, inclusive, uma Capela, aberta ao público, onde todos os Domingos se reza a missa e se confessam os pecados e assumem as Meas Culpas.

No último Domingo, antes da 'Nona Missa' que professei, a 7 de Dezembro de 2014, a Família juntou-se e rezou a sua prece.

Confessou-se e nessa confissão encontrou a força para travar a privação que se lhe seguia.

Ricardo Salgado fez algo que, aos olhos mais desatentos, parecia um recontar defensivo de alguém ferido, em tom de vítima, ao contar a História do 'seu' Banco Espírito Santo, e a saga que a Instituição, financeira e não só, passaram com a queda deste Império de raízes Católicas.

O último Banqueiro tem esta forma pausada e educada de falar, repetindo as frases que novidades trazem sem que ninguém por eles dê atenção.

Disse tudo.

Os 39 golpes de César estavam lá.

O primo e o sobrinho também.

O Governador, a Ministra e o Auditor nomeados.

A carta Social Democrática devolvida.

As comissões e os RERT's.

O Finantial Group e o International.

As gravações e o palavreado.

BESA, Angola e a garantia.

Os telefonemas, as cartas e as datas.

O BlackStone e a compra em potencial negada.

Rioforte, Panamá, Miami e Dubai.

Luxemburgo e o *Comissaire Aux Comptes*.

Passivos e ocultações.

Auditores, Bancos Centrais e Troika.

...

E claro, os 145 anos de vida e História da mais antiga Instituição Bancária Portuguesa.

Não foi um perdão, não foi uma desculpa, não foi uma justificação.

Foi um *Mea Culpa, Mea Culpa, Mea Maxima Culpa*.

Ka-bba-lah

O princípio da Cabala (Kabbalah na sua origem Judaica) prende-se com ideais religiosos Judaicos, onde se considera a omnipresença da existência de um Ente Superior que tudo controla e de Quem tudo depende. No fundo existe quase que um paralelo místico com a Mãe Natureza (análise 'espiritual' minha).

No vernáculo popular a palavra perdeu o seu conteúdo religioso e ganhou contornos mais obscuros sobre a manipulação de conteúdos e feitos de alguém sobre terceiros.

Dizer que há uma Cabala montada, é sinónimo de maquinção de alguém que tem controlo sobre algo impedido de se manifestar ou ter vontade própria.

Durante quase 8 horas assistimos à inquirição de Ricardo Salgado, e se as perguntas que lhe faziam tinham desde logo um cariz político, óbvio de uma Comissão feita de deputados políticos, a repetição das mesmas caiam em saco roto, de um exasperante Banqueiro atacado com questões laterais aos problemas infligidos ao contribuinte.

Afinal quer-se saber mais sobre os laços políticos, entre os diferentes partidos das bancadas parlamentares (para lamentar), do que a questão subjacente do facto de, se o Banco tivesse seguido o seu rumo, difícil por sinal, teria aguentado a crise e continuado na paisagem da 'Nova' realidade bancaria Nacional.

Não sei de conspirações Judaicas ou Cristãs. Uma deu em Inquisição e a outra em Holocausto, nenhuma das duas felizes na solução que envolveram, mas que a Cabala existe, existe, e os deputados estão mais interessados na sua própria Cabala do que na resposta que nos interessa a nós, os verdadeiros 'Donos Disto Tudo'.

'O 'Dono Disto Tudo' é o Povo Português.'

Ricardo Salgado

CPI ao BES | 9 de Dezembro de 2104

2014

9 de Dezembro

19:00 | Presidente do Banco Espírito Santo Investimento | Dr. José Maria Ricciardi

Idoneidade de José

"Idoneidade moral é o conjunto de qualidades que recomendam o indivíduo à consideração pública, com atributos como honra, respeitabilidade, seriedade, dignidade e bons costumes. A idoneidade significa a qualidade de boa reputação, do bom conceito que se tem de uma pessoa.

Uma pessoa que possui idoneidade moral significa que ela é considerada uma pessoa honesta e honrada no ambiente em que está inserida, ou seja, é uma pessoa de bem, e esse requisito é avaliado a partir do cumprimento de normas e padrões."

Começar um discurso de defesa pessoal, baseado no princípio da idoneidade moral, em que se faz a clara referência ao percurso académico, justificando quais as habilitações de estudo que fez, não me parece um bom princípio.

Mas como o final se faz tardar, e as horas se alongam, entre ditos que não se dizem, e conjugações verbais que não definem boas Educação Básicas, o inimigo público número um era desde a hora H definido e com alvo a abater.

Mais do que um, generalizado a todos, nomeado sob o vínculo 'Familiar'.

José é um Homem de princípios, idóneo, e que se corresponde com quem de direito, ao ver as adversidades que se lhe apresentam. De desconhecimento apresenta a distância física que o trabalho lhe impõe. Viaja e está distante, mas informado do facto decorrente.

Sabe-se que aos seus princípios de ética nada corrompeu, mas viu ser-se corrompido e não compactuou. Avisou e afastou-se, indo em contra aqueles com os quais não concordava, mas que desde sempre a ele o apoiaram e deram a mão.

Hoje vê-se a braços com a contradição do facto apresentado, sem que a sua palavra se dispute pela confirmação mediática diária de notícios alimentados pela fonte idónea que tudo quis salvar.

Do seu reduto, salvo da queda, vê-se de banqueiro a bancário, de administrador a empregado dependente.

Idóneo, respeitador dos bons padrões morais.

José, Homem de princípios e finais.

'Entre a Família e os Amigos? Óbvio que escolho os Amigos!'

José Maria Ricciardi

CPI ao BES | 10 de Dezembro de 2014

definição in: <http://www.significados.com.br/idoneidade-moral/>

A Tragédia dos Espírito Santo, Príncipes da Liberdade

A 'Tragédia do Espírito Santo, Príncipes da Liberdade', é um inequívoco paralelo com a obra imortal de William Shakespeare a 'Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca'.

Escrita possivelmente entre 1599 e 1602, trata da história de Hamlet, um filho que busca a verdade e a vingança pelo assassinato de um pai que o assombra.

Entre as entrelinhas de uma visão simplificada estão momentos cómicos, de revelação e introspecção mental. Existe romance, suicídio e equívocos.

Somos atraídos para uma aparente loucura do personagem principal quando na verdade é o próprio em busca da sua sanidade mental.

O discurso de caveira na mão, enquanto faz esse exercício de se olhar no próprio reflexo é frase que resume toda a dramaturgia de Shakespeare. 'Ser ou não ser, eis a questão?' um pensamento profundamente pungente de toda a condição humana.

Se à personagem principal dermos o papel de um dos primos da trama lusa, poderíamos pensar que um dos dois estava em busca do fantasma de um

Familiar remoto que lhe ensombra um pensamento do qual padece e interpreta um acto de loucura pública.

Nem Hamlet é louco, nem o suicídio da amada, levada a isso, era necessário a mais que para justificar a sua demência artificial. Posto na escrita de Camões, nem a mentira justifica que um Império se desmorone na defesa de uma verdade que de artificial demonstra a traição familiar que se assiste em directo.

Se num primeiro momento se questionou o retorno do nome que ostensivamente ornamentou as fachadas de diversas capitais deste mundo fora, agora, num acto trágico reminiscente de uma tragédia grega encenada por Shakespeare, ficamos com a ideia de que 'Algo está podre no Reino' aquele Reino da Liberdade, 195.

Um reino que, na idoneidade de alguns, se tornou popular na voz de outros. A tragédia desceu à rua e na boca do coro que vocifera a vingança que, Hamlet, utiliza no acto final da sua vingança, pelo poder que tudo destrói, anuncia um suicídio em massa que tudo aniquila.

Os Espíritos voltam a ensombrar a cena e o pano fecha-se.

A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca, aqui na versão dos Espírito Santo, encontra o eco da imortal frase anteriormente proferida.

Nesta escolha das verdades, 'ser ou não ser, eis a questão?'

2014

10 de Dezembro

9:00 | Dr. Pedro Queiroz Pereira (fora do âmbito da resolução – não há crónica sobre o mesmo)

11 de Dezembro

15:00 | **ex-Vice Presidente do Banco Espírito Santo | Dr. Amílcar Moraes Pires**

Ensaio sobre a Lucidez

Saramago é-me indiferente na sua literatura pesarosa de romance, mas interessante na incessante busca de ensaísta. Se da cegueira se faz luz, é nela que a lucidez surge.

Quando a quezília da Família parecia dominar a questão que a política queria fazer dominar o interesse para desvirtuar o interesse que uma Nação tem no esvaziar dos seus bolsos, no hipotético erro cometido, surge o CFO da extinta instituição para ensaiar a lucidez que faz falta numa mediatisação excessiva das câmaras de filmar que tudo captam.

No enredo do laureado pelo Nobel da Literatura, a sociedade utópica vê-se a braços com a escolha em branco numa votação política e o caos que isso despoleta. A crise de valores cresce quando os políticos compreendem a sua desnecessária existência num jogo de lucidez que o cidadão, como indivíduo em comunidade, faz.

Depois do Presidente cessante, o Presidente em funções, do banco mau, do bom, e daquele que se salvou, vem aquele que disse que, afinal, na verdade, a responsabilidade recaia sobre todos, mesmo que paredes os separem.

A hierarquia financeira é complexa mas não complicada, e no seu governo secular, as regras criaram-se para serem pervertidas legalmente, e o Banco que se fez Novo, nada mais fez que aquilo que os Bancos Estatais fazem no seu jogo de compra e venda de títulos públicos.

A verdade repõem-se na lucidez, seja ela ensaiada ou não.

(dia)crónica

Magnum Opus Português

Estávamos em 1759 quando o Mr. Le Docteur Ralph apresenta o seu livro 'Candide ou L'Optimisme, obra traduzida do Alemão.

Nela narra a história do jovem Cândido onde, num jardim idílico, recebe de seu mentor Pangloss, os ensinamentos do filósofo Alemão Gottfried Leibniz.

É uma história satírica sobre a visão do mundo ideal, onde, através da corrupção e perversão da norma, em exemplos quer de influência Humana, quer de influência Natural, se questiona a Fé Suprema e os princípios de idoneidade que se considera existir no Homem.

Acaba por ser uma alegoria ao optimismo que, à época, sobre um olhar Iluminista, se via traído na sua génese da crença de um Deus que não nos salvará da morte para um Paraíso do Éden tão seguro como isso tudo.

O Docteur Ralph, que de Alemão tinha apenas o pseudónimo que escondia, era na verdade o Francês, François Marie Arouet, também conhecido como Voltaire, e o seu 'Candide', o Magnum Opus de toda a sua vasta obra literária.

Mas quem sabe, por ventura, o fenómeno que despontou a mudança no pensamento de Voltaire e o seu questionar sobre a Fé adquirida, foi o grande Terremoto de Lisboa em 1 de Novembro de 1755. Com este cataclismo, em que, de forma democrática, ninguém escapou à fúria de Deus, se começou a criar um pensamento acerca da probabilidade dos pecados e pecadores, terem de ser todos castigados de igual forma, ou se de facto, apesar de se crer na existência de Deus, uma força acima Dele - entenda-se, aos olhos de hoje, a Natureza; se sobrepuinha?

Não seguindo a linha Iluminista, ainda que dela muito se possa retirar sobre os comportamentos Sociais que temos assistido, foi justo com a destruição da Capital do Império Português, que se criou a base da Sociedade Monetária e Financeira (arrisco dizer Industrial) que sobreviveu até aos dias de hoje.

O grande responsável, e autor da frase 'Salvem-se os vivos, enterrem-se os mortos.', Sebastião José de Carvalho e Mello, enquanto Secretário de Estado do Reino, ou seja, seu Primeiro Ministro, entre 1750 e 1777, implementou um plano inovador, de inspiração Europeia, de 'despotismo esclarecido', onde, mantendo uma linha da Tradição vigente, se juntava a nova 'ideologia' Iluminista.

Nesse sentido criou uma série de novas industrias Nacionais, demarcando, a título de exemplo, o Vinho do Douro, entre outros.

Essa criação de indústria institucionalizada, algo que antes não havia em Portugal, fez surgir uma burguesia endinheirada, facto esse que deu ao futuro Marquês de Pombal o seu título depreciativo de 'novo rico'.

Claro que a actualidade não vive em permanente contacto com a memória Histórica, mas dela tem, inequivocamente, as suas raízes, e neste Magnum Opus

Português, trágico, e quase satírico como um Cândido de Voltaire, podem-se traçar as linhas que aqui nos trouxeram, e em como, sem grandes rodeios, esta História terá um desenlace parecido com as suas memórias do passado.

As Famílias que vemos numa guerra aberta, finda a queda do Império, são, ainda que em apelidos já diferentes, as mesmas que aquelas que o Marquês criou no seu plano ambicioso de inovação industrial para Portugal.

A discussão que se assiste não recai sobre as consequências mas sim sobre as causas da inveja de quem teve mais a ganhar ou se viu perder tudo no jogo perpétuo da inveja da partilha dos bens que se assistem a apelidos eternizados na praça dos negócios.

Em três actos, inquiridas as pessoas que falaram sobre o conteúdo interno da negociata, descobre-se que o poder do dinheiro é a moeda de conveniência e conivência no mundo, sujo, dos negócios portugueses.

Cai por terra a idoneidade que a capa de um bom nome de Família traz. Afinal o 'falam de mim e não da minha criada' já não tem relevância, pois as futuras 'novas' criadas, são aquelas a quem um dia tudo se lhes serviu de bandeja.

Mas a pergunta que se impõe, mais que tudo, é a quem cabe a reforma do novo 'despotismo esclarecido'?

A resposta reverbera na lembrança histórica que lhe assiste: no Primeiro Ministro em funções governativas.

É ele quem quer, não por causa de um cataclisma natural, impor uma nova ordem. Quer deixar o seu nome perpetuado na História de Portugal como o grande reformador da corrupção e ganância do 'empresarialismo triunfalista' português.

Mas revendo os factos que a História insiste em não apagar, o fim de vida de Sebastião José de Carvalho e Mello, agraciado pelos seus serviços ao Rei com o título de Marquês de Pombal, terminou a sua vida num exílio imposto pela descendência Real que o desprezou pelos actos que cometeu.

À época o povo era desinformado e regia-se pelo que se lhe era feito informar. Na actualidade pouco mudou e nem eu sou o próximo Mr. Le Docteur Ralph para contar uma história sobre um novo Jardim do Éden, onde um Cândido, já envelhecido, vê caírem por terra os seus ideais de mudança, ainda que para isso, toda a sua História termine de igual forma, nem ninguém acredita que o Primeiro Ministro seja exilado pela sua visão 'iluminada' da vida.

2014

16 de Dezembro

9:00 | ex-Presidente da Rioforte | Dr. Manuel Fernando Espírito Santo

15:00 | Dr. José Manuel Espírito Santo Silva

Liberalismo Absolutista do Poder Derrubado

A 3 de Julho de 1822 entrava no Porto de Lisboa a armada Portuguesa com a Corte exilada do Brasil. Já mais não havia Reino de Portugal, Brasil e Algarves, o Império desmoronava-se, e num golpe familiar, apelidado de 'grito do Ipiranga', um Filho Príncipe, rouba do Pai Rei o Reinado e faz-se Imperador.

D. João VI é o exemplo máximo de um Rei preso às circunstâncias mutáveis e a uma época cujas fronteiras o viram ser empurrado costa fora. Décadas antes, em 1808 fugiu do Liberalismo Napoleónico invasor, e, regressado anos depois, obrigado a, em 1 de Outubro de 1822, jurar a Constituição Liberal.

A sua mulher, Carlota Joaquina, Espanhola que baste, não assentiu e nada feito.

Viu-lhe retirada a coroa.

Já o irmão de D. Pedro o Imperador, D. Miguel o Príncipe, ao se sentir injustiçado na jogada Monárquica, dá o golpe do regresso ao Poder Absolutista Familiar.

Por detrás de D. Miguel estava a maquinção espanhola da Mãe, e o Pai ao não gostar de uma 'Abrilada', com o intuito de destitui-lo do seu cargo Real, simulando um passeio por Caxias, refugia-se com a Armada Britânica e exila tanto o Filho como, depois, a própria mulher.

As crises familiares são, por norma, teatrais. Há traições, tomadas de poder, troca de posições e factos que, de concretos num momento, são erróneos no outro. Há também momento para a encenação, orquestrada, para que alguns, pategos, caiam e os outros fiquem a ganhar.

E a História, se de memória se faz, serve justo para que dela se faça uso como aprendizado para referência futura.

A Inquirição, inquisitória direi, da Família, parcialmente, caída em desgraça, retornada de um exílio de luxo, numa vida refugiada de um Liberalismo permitido a uma 'evasão' por Terras Lusas, volta a estar no centro do mediatismo desta narrativa de paralelos e paralelismos.

Outro primo surgiu, e mais um dos Espírito Santo, desta feita o regressado da Terra Brasilis, Manuel Fernando, deu a sua palavra de honra.

Se a tensão existe, ela fica notória nesta postura de um Reinado que foi feito Império por um familiar que se quis numa independência gritante. Mas para o outro primo tudo tem lógica e explicação, pausada e com uma estratégia, mesmo que o mesma (passo a redundância) passe pela espera de um passeio planeado.

Caxias passa a ser a Assembleia, e a Armada Britânica as câmaras que tudo gravam. E o poder Absolutista, essa razão concreta que parece dar a certeza da justiça, a verdade a silenciar por uma Constituição Liberal, onde nem as tendenciosas linhas da Inquisição, explicitadas na palavra 'gajo', têm poder de desvirtuar a opinião julgadora de quem vai pagar a factura final.

A Corte Portuguesa no Brasil durou 14 anos, de 1808 a 1822, o Banco Espírito Santo, nas mãos Salgadas da actual Administração, de 1991 a 2014, 23 anos.

Os dois Reinos acabaram por acabar, mas num deles um Império surgiu. No outro, algo 'Novo' está a ser feito...

José Manuel Espírito Santo Silva, o primo emotivo, mais próximo de uma realidade real, palpável, também foi inquirido, e num gesto impar, que deixou todos desarmados, pediu desculpa em nome próprio e da Instituição, pelo ocorrido.

Ninguém antes o fez, e isso apenas fica bem, num país em que o sangue da vingança aguça o gume da faca que vai desferir o próximo golpe mortal. Inquirições inquisitoriais pacíficas como esta, não têm audiência, e as verdades ditas parecem não reverberar 'verdade'.

É a História a repetir-se, com datas, factos e protagonistas diferentes.

2014

17 de Dezembro

9:00 | Membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo | Dr. Pedro Mosqueira do Amaral

As Farpas

No final do século XIX, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz juntavam-se para escrever o folhetim 'As Farpas' onde, livremente, escarnavam sobre os males da sociedade, política e economia deste País à beira mar plantado. Mas faziam-no com humor.

Era um escárnio divertido em que ninguém escapava, e todos se viam envolvidos.

Agora, parece que Mosqueira quer perpetuar a mosquice que a mosca traz, numa plácida paisagem de desenvoltura, onde a nobre sombra do nevoeiro de Ceuta nos roubou o Desejado. Crescem silvas, e entre os espinhos novas farpas se alinhama, entre a mentira da verdade que foi dita nos idos dias das datas que não se fazem coincidir.

Esfuma-se o desejo, e o nevoeiro adensa-se ainda mais.

2014

18 de Dezembro

9:00 | ex-Presidente do Banco Espírito Santo Angola | Dr. Álvaro Sobrinho

O Cabo da Boa Esperança

Cruzar o Cabo das Tormentas era o objectivo Português fazia tempo, mas a tarefa via-se difícil, e esse mostro mítico, o Adamastor, engolia as caravelas de velas de cruz vermelha alçada.

O Cabo ao cabo não se dobrava.

Numa dessas tentativas, em 1482, pouco antes de lá chegar, Diogo Cão, liderando uma frota nacional expansionista, aporta na Foz do Rio Congo e toda a História da História Portuguesa em África muda de formas que nunca se poderia prever.

O povo nativo local, uma mistura entre Khoisan e Bantu, duas tribos locais, foram a mão-de-obra servil que serviu ao negócio da escravatura que encheu os cofres Imperiais Portugueses.

A riqueza que se escondia entre as sucessivas Feitorias, criadas em Luanda, Benguela e Cabinda, não desvendaram o que na última estaria, motivo de guerrilha até aos dias de hoje. De uma Angola costeira no século XV, até a um território cobiçado num promontório que atravessa África na divisão do século XIX, o país dividiu-se no desejo entre ser a colónia, província, estado, e em último lugar, na saída de uma guerra que de colonial se vê civil, independente.

Actualmente, apesar da cobiça reinante se esconder nos lençóis de Cabinda, onde a guerrilha promulga o seu direito de propriedade sobre o Estado de Direito da República Independente de Angola, o país e a sua elite vêem-se endinheirados com o capital que o Cabo das Tormentas, Tornado na Boa Esperança, trouxe à História Portuguesa, pela boa graça do Espírito Santo.

Quando a Família se alastrá, e no apadrinhamento colonial se faz mais que um

afilhado, um Sobrinho, a vida muda de perspectiva na ambição de Conquista Expansionista Moderna.

Volta-se atrás no promontório, quebrando a costa por pedra marcada, dando-se cabo do Cabo dobrado.

A traição capitalista, que mais de década durou, não tarda na contradição dita: as palavras proferidas na confiança de todos, do relatório da certeza mais certa, eram falsas e voláteis.

A Boa Esperança do seu nome diria que o Sobrinho seria 'o sempre atento', e na sua atenção que tudo levou, a venturança Angolana, nada mais foi que o retorno devido da dívida da ocupação que a História azarada fez os Portugueses à Foz daquele Rio um dia chegar.

Ou como diz o poeta:

*'Eu sou aquele oculto e grande cabo
a quem chamais vós outros Tormentório,
que nunca a Ptolomeu, Pompónio, Estrabo,
Plínio e quantos passaram fui notório.
Aqui toda a africana costa acabo
neste meu nunca visto promontório,
que para o polo antarctico se estende,
a quem vossa ousadia tanto ofende.'*

Boa Esperança: Ponto no i, brilho do Sol. Sobrinho à Família não há-de voltar.

nota:
Luís Vaz de Camões | Os Lusíadas
Canto V, estância 50

Máscaras de Facto e Ficção

Agosto de 1669 previa-se o início de um Verão quente para Eustache Dauger.

O Marquês de Louvois, Ministro de Louis XIV, mandava prender o valete em Calais, e que o mesmo fosse levado para a carcel em Pignerol, à época Francesa, actualmente território Italiano.

A sua cela deveria ser uma sala fechada sobre ela mesma, cercada de portas, encerrada por outras portas, por forma a ninguém ouvir nada do que o preso pudesse dizer. Ele, Dauger, deveria apenas dizer o essencial e reduzir a sua comunicação às necessidades básicas do Ser Humano.

Por fim, para que mais ninguém o visse, ou lhe reconhecesse a face, uma máscara, em veludo negro, lhe fosse colocada na cara.

A realidade converteu-se em mito, e de tecido passou a ferro. Eustache Dauger tornou-se o Homem da Máscara de Ferro.

Mas como a História nem sempre se faz dos factos que por detrás dela se escondem, a identidade de alguns ganha o estatuto de mito, quando as verdades dos factos irrefutáveis são a lei que prevalece sem a lírica que a escrita romanceada lhe traz.

Desde Voltaire a Dumas que a máscara passou do valete para a Coroa Real, e a intriga dos Mosqueteiros a ilusão dos factos que o mito vendeu como verdade.

Na iminente queda do Banco que uma Realeza não viu, mas que a República se fez cliente, e que o Regime apoiou, a sala das portas que se viram fechar no silêncio guardaram um Homem de rosto coberto por uma máscara.

A sua verdade, se verdades as há, numa ilação sobre o que pode vir a ser um mito, guarda a 'resolução' para as perdas de uma Nação.

No momento que se segue, entre as figuras que se auditam, escrutinam e inquirem, aquela que usa a máscara não se sabe quem é.

Pode estar presente em Espírito, em poder, no negócio ou na supervisão.

Pode estar onde a culpa diz não ser a razão de ser culpada, ou sobre quem diz nada saber.

Tudo, até agora, pode.

Fica apenas a lembrança da História, não do mito, da máscara de veludo negro usada por Dauger, falecido a 19 de Novembro de 1703, já sob o enigmático nome de Marchioly.

Esquecido no facto, lembrado na ficção.

2014

22 de Dezembro

9:00 | ex-Administrador Executivo do Banco Espírito Santo | Dr. Joaquim Goes

Serenidade de Joaquim

"O termo 'Serenidade' é definido de várias maneiras: pode significar calma, sossego, paz, tranquilidade, paz da mente, equilíbrio emocional, estado não perturbado, sangue frio e domínio pessoal.

Contudo, do ponto de vista prático, talvez a melhor definição seria 'a capacidade de viver em paz com os problemas não resolvidos, e aceitar as coisas que não podemos modificar.'

Contudo, a aceitação não deve ser confundida com a concordância.

Nem sempre concordamos, ou gostamos, com o modo como as coisas acontecem ou são conduzidas à nossa volta.

Em muitos momentos é possível que seja verdade que estejamos coerentes e certos das nossas posições, mas muitas vezes isto contribui pouco ou quase em nada para mudar a realidade à nossa volta.

A serenidade é condição inebriante de quem segue protocolos de certeza para evitar o risco de contaminação e cair no erro no fatalismo do equívoco."

Joaquim diz-se responsável pelo risco, mas descarta a possibilidade do mesmo ser responsável pelo comportamento de Joaquim.

Vendeu-se papel avalizado pelo seu cunho, mas não com a sua autorização definitiva, ou a seriedade imposta à acção que todos deveriam ter na normal função que o risco tem ao se correr o risco que um risco tem ao ser corrido.

Joaquim é sereno e com serenidade se juntou à idoneidade de outro alguém que sem risco avalizou mas disse não autorizar.

Fica-se na distante indiferença da plácida irresponsabilidade que alguns têm na sua liberdade pessoal sobre a perda do risco que os ignorantes incautos correram sem saber correrem.

Idoneidade e serenidade são apenas palavras, tão facilmente desmentidas por factos e provas.

Sentam-se à mesa de salas em posições de Liberdade administrativa onde todos

assumem os riscos das decisões que em conjunto tomam, mas que sozinhos se descartam.

Há responsabilidades, serenidade e certezas. Por enquanto.

definição in:

<http://www.alcoolicosanonimos.org.br/publicacoes/revista-vivencia/artigos-da-vivencia/205-o-que-e-serenidade-.html>

2014

22 de Dezembro

15:00 | ex-Administrador Executivo do Banco Espírito Santo | Dr. Rui Silveira

A Regência do 'Bureau'

André Charles Boulle, nascido a 11 de Novembro de 1642 em França, mal sabia a importância que o trabalho da sua vida iria ter no vocabulário futuro da Humanidade.

As suas aprendizagens e técnicas de marchetarias em imbutidos de madeiras exóticas, metais e outros materiais naturais raros, valeram-lhe ser contratado pela Corte de Louis XIV como o principal fornecedor de mobiliário à Casa Real Francesa.

Todo o recheio, hoje em grande parte espoliado, do Palácio de Versalles, a ele se deve, em especial um tipo novo de escrivaninha, mais pequena e prática para o trabalho laborioso, à qual se deu o nome de 'bureau'. Um 'bureau' era assim uma apropriação facilitista de um escritório, descomplicando o 'trabalhoso' trabalho da Regência Real.

Assim, sem um grande esforço de eloquência verbal, podemos dizer que, conjugando a palavra 'bureau' (escritório) com a palavra grega, 'krátos' (poder ou regra), podemos criar a regra daquilo que se tornou o poder enquistado em Portugal desde tempos imemoriais: Burocracia.

Ou seja: significando uma forma de dominação exercida por funcionários de escritórios.

No 15º andar do número 195 da Av. da Liberdade, sede do antigo Banco caído feito Novo, encontram-se exemplares únicos de mesas estilo Francês, Período Regência, bem ao estilo de 'bureau' que uma Burocracia reinante Portuguesa exige.

Nesse sentido, e com acessa convicção, contrariando a seriedade anterior, Rui Silveira, também ele Administrador removido, defendeu a honra da Instituição que ajudou a liderar.

No bom sentido burocrata, fazendo uso dos factos e provas que as gavetas de um 'bureau' guardam, fez da eloquência da palavra o ponto assente na defesa da certeza do erro público.

É que, parece, as empresas privadas, ainda, são melhor geridas que as Estatais.

2014 | 2015



'Os Cambistas' | d'après Marinus van Reymerswaele (Discípulo) | c.-1548

(dia)crónica

Travessia para lado nenhum

Por volta do ano 39 da nossa Era, o terceiro Imperador Romano, Caio Júlio César Augusto Germânico, numa conseguida tentativa de emular o passado Histórico do Imperador Persa Xerxes, constrói na Baía de Nápoles, mais especificamente na cidade portuária de Baiae, aquela que ficou conhecida como a 'travessia para lado nenhum'.

Esta 'travessia' era constituída por uma serie de barcos propositadamente afundados, e sobre os quais se construiu uma via de comunicação improvisada por forma ao Imperador atravessar da cidade de Puteoli até as ricas mansões de Baiae e mostrar aos seus habitantes, os burgueses Romanos da época, que não era mais o seu poder monetário que mandava, mas sim o seu poder imperial que tudo podia fazer, até atravessar as águas, numa 'travessia para lado algum'. Ateou fogo, roubou, destruiu e destituiu as Famílias representativas da Tradição do poder passado.

No dia seguinte regressa vitorioso com os seus 'despojos de guerra'.

Este gesto de resolução tornava claro que naquele momento, nesta nova forma de Governar, o poder Familiar já mais não era uma Tradição a ser seguida, e como tal, um novo poder se sobreponha como nova forma de construir caminho, mais popular e de agrado do povo oprimido.

Evidente que o fogo de âmbar que se viu arder nesse longínquo ano não faria adivinhar a grandeza e eloquência do acto de se construir uma travessia para lado algum, pois o terceiro Imperador Romano, cuja alcunha se deve ao nome que a guarda Pretoriana do seu pai lhe deu pelas pequenas botas (caligae) que usava em criança, não era outro que o sanguinário Calígula, e a sua demonstração populista de poder, a forma de destronar a tradição Familiar Romana na qual Roma se ergueu.

Na transição de ano, entre 2014 e 2015, enquanto os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Banco Espírito Santo, Império Familiar caído em desgraça, não continuam, fica essa dúvida que nos assiste: será que não estamos todos a assistir à construção de uma 'travessia para lado nenhum'?

E se sim, para onde?

Lembrar apenas que após a sua 'travessia', Calígula, seguiu um padrão de 'loucura' em que se 'Endeusou', e quis criar um culto à sua imagem. E foi justo quando, ao desviar o real propósito Senatorial de Roma, pretender relocalizar a

capital em Alexandria, Egípto, que a insurgência daqueles que se diziam seus apoiantes o traíram e assassinaram, justo no dia em que completava 1400 dias de Governação Imperial.

Durará a resolução 1400 dias antes que alguém a traia ou outro alguém, rumo a lado nenhum, seja assassinado?

2015

6 de Janeiro

9:00 | ROC e auditor do Grupo Espírito Santo | José Manuel Macedo Pereira

15:00 | CEO da Rioforte | João Rodrigues Pena

7 de Janeiro

16:00 | Controller financeiro do Grupo Espírito Santo (por segredo de justiça não foi divulgada a audição nem revelada a sua imagem) | José Carlos Cardoso Castella

8 de Janeiro

16:00 | Comissaire aux Comptes da Espírito Santo International e Eurofin | Francisco Machado da Cruz

Sambenito Judicial

A religião Cristã teve momentos menos bons ao professar a Fé, e um dos seus exemplos mais escuros será, seguramente, o período da Inquisição.

A crença na tríade Pai, Filho e Espírito Santo era a filosofia a seguir, e qualquer divergência dessa profecia era punida com aquilo que no mundo latino ficou conhecido como Auto-de-Fé.

Por Portugal o flagelo tutelado pelos cânones Cristãos perdurou de 1536 a 1821, totalizando perto de dez mil vítimas.

Os hereges, aqueles que iam em contra os ensinamentos Bíblicos, o Sagrado Livro e as Escrituras Divinas, tenham de sofrer a penitência da conversão, mesmo que, ao se converterem, pagassem o preço de ir directo para o paraíso do perdão, sendo crucificados na versão popular do Auto-de-Fé: o 'Queimador'; a pira dos queimados, onde os corpos dos corruptos e corrompidos era incinerado como promessa religiosa cumprida, a conversão ao Catolicismo.

Por Lisboa a Praça do Comércio, futuro Terreiro do Paço, foi cenário dos queimados para alívio das culpas do Terramoto que mudou a vida citadina dos pecados Imperiais Portugueses a 1 de Novembro de 1755.

Nem o Iluminismo Marquês de Pombal se insurgiu totalmente contra uma Igreja que fazia desfilar os seus culpados, vestidos com os típicos Sambenitos Amarelos, como alvos vivos a abater no fogo do inferno, que os iria queimar como perdão.

Desde a Inquisição religiosa do século XVIII que o Espírito Santo se manteve como parte dessa tríade Cristã, mas agora, já no Novo Ano de 2015, a Inquisição é feita aos Espírito Santo, que de religioso apenas têm a origem nominal da roda que os recebeu.

Ao se desvendar o enredo que açambarcou uma Nação num autêntico Auto-de-Fé, num Terreiro onde os Queimados têm sido muitos, um se esperava mais: Machado da Cruz, o Comissaire aux Comptes.

Imaginava-se o palanque montado, a pira pronta para incinerar, e a vítima vestida com o Sambenito Amarelo a rigor.

Tudo se alinhavava para ser descrito e relatado, mas uma ordem judicial de 'porta fechada' onde o segredo de justiça impera, fazem deste Auto-de-Fé, fumo sem fogo.

Alheira de fumeiro

Qual a surpresa popular, quando, ao provar-se essa nova especialidade gastronómica que esses Cristãos de nome Espírito Santo manufacturavam nas suas terras frias, penduradas num fumeiro, e que com fé, perante a Santa Inquisição, chamavam de Alheira.

Diziam que o seu nome derivava do seu tempero, uma mistura de pão e alho, mas a verdade que o bom nome do Santo Espírito escondia nestes Cristãos era a sua origem Judaica recentemente convertida, e que o recheio da alheira, em vez de porco, era frango.

Também nesta Comissão as alheiras de fumeiro se fumam de outra forma, e aquilo que é segredo de justiça, à porta fechada, e cujo conteúdo, Inquisitório para um Auto de Fé, é tornado público pela permissividade de assessores parlamentares munidos de computadores conectados com o mundo exterior, e com o qual as palavras do Contabilista fazem espanto pelo 'achamento' de consciências recentemente convertidas.

Carta do Achamento da Consciência

Pêro Vaz de Caminha é o autor do primeiro documento escrito daquela que é a maior conquista Portuguesa dos Descobrimentos: o Brasil.

Depois de avistado o Monte Pasqual a 22 de Abril de 1500, na Terra chamada de Vera Cruz, Caminha escreve a Carta de Achamento enviada a El Rei D. Manuel I.

Até aos dias de hoje se discutem dois temas relativos ao conteúdo da carta, profusamente descriptiva numa interessante narrativa desse primeiro contacto

entre os Portugueses os nativos locais: a questão se a mesma se deve designar carta do descobrimento ou achamento, e o dito favor que o autor pede ao Rei no último parágrafo.

Sobre se é 'achar' ou 'descobrir' a verdade é complexa, pois a dúvida histórica fica nessa eterna questão do Tratado de Tordesilhas, em que parece que Portugal já saberia que algo existia além das milhas estabelecidas nesse mapa, e por tal, nada foi achado, mas sim descoberto.

Sobre o último parágrafo escrito por Caminha, diz-se ser o início do nepotismo brasileiro, uma vez que o cronista português pede ao Rei o favor de lhe libertar o cunhado da prisão, como pagamento pelos seus serviços prestados à Coroa ao lhe escrever as maravilhas desta nova Terra encontrada.

Quem se encontrou achado e descoberto nesse paralelo escrito de cartas que pedem favores ou desmentem as verdades que se assumiram, foi o Comissaire aux Comptes, Francisco Machado da Cruz, que nesse Auto-de-Fé em que o fogo se transmitiu de forma viral pelos ecrãs dos computadores, disse culpar à consciência esse passivo que ocultou.

Foi esse Santo Espírito quem lhe Salgou o destino, pois a doçura do açúcar desse Império das Terras de Vera Cruz nada tem que ver com o achamento da consciência de uma remuneração doce que recebeu ao longo dos 21 anos de serviços prestados à Instituição.

'O que foi feito, foi feito por uma razão.'

Francisco Machado de Cruz | carta à Administração do BES

7 de Janeiro de 2014

2015

13 de Janeiro

9:00 | exerceu funções de direcção no Banco Espírito Santo | Isabel Almeida

16:00 | Ex-Administrador do Banco Espírito Santo | António Souto

Uma serpente no Nilo

Foi com o veneno de uma Naja Haje que se terminou o último reinado da Antiguidade Clássica e o Império Egípcio, na pessoa da sua última Rainha, Cleopatra, que com a mordida no seio, comete suicídio para honrar os princípios e sabedoria com os quais regeu os destinos da sua vida.

Nesse instante, 30 anos antes do nascimento daquele que designaria o Espírito Santo, se imortalizava o princípio da honra pelo que se tinha decidido fazer, concretado na intempestividade feminina que a Rainha do Nilo relegou para a imortalidade.

Morreu com o próprio veneno, ou pelo menos com aquele que a vida lhe ensinara a matar.

Já antes, em Roma, vira o seu marido Caio Júlio César ser apunhalado por aquele que se viria a tornar seu amante, Marcus Antonius, e nesse dia suicidar-se junto com ela, perdidos numa batalha de derrota.

Ser-se picado pelo próprio veneno, e dele se morrer, é uma tradição tão antiga como o mito que fez desta Mulher a lenda Feminina por excelência. E passados séculos desse facto, ao se escutar Isabel Almeida depor, sente-se essa serpente picar o Espírito Santo caído.

Com a tenacidade governativa de uma Rainha, a responsável na direcção financeira do Banco, explica factualmente as movimentações e dúvidas dos inquiridores, com a honra que lhe coube ao desempenhar o papel. Nada é incerto e tudo se explica.

O Nilo deste Reino, afinal, flui.

É que os suicídios, com esse veneno que nos ensina a matar, servem para fazer dos mitos, lendas.

2015

14 de Janeiro

17:30 | Presidente do Conselho de Administração da KPMG Angola (audição à porta fechada) | Dr. Sikander Sattar

15 de Janeiro

16:00 | **Administrador da ESCOM | Luís Horta e Costa**

Comissões Comissionadas

Em 1943 a segunda grande guerra ia já no seu 5º ano, e as perdas Humanas dela ascendiam a milhões. Entre os despojos de uma infundada guerra, estavam as batalhas navais, onde navios Aliados eram afundados por submarinos do Eixo.

Nem sempre a vitória era o contraditório da razão, e nas águas territoriais Portuguesas deu-se o épico final do submarino U-648 da Krigsmarine, e ao vigésimo terceiro dia do mês de Novembro desse ano, o submarino Alemão imerge pela última vez numa derrota histórica para quem anos mais tarde iria perder a guerra.

Cinquenta almas foram entregues ao Espírito Santo nesse dia, e os destroços retorcidos do metal fabricado pela Blohm & Voss de Hamburgo nunca encontrados.

As Comissões de Inquérito à compra e perda de armamento na segunda guerra, para quem perdeu, ficaram esquecidos na derrota, mas na actualidade, no Processo que engloba a queda de um Banco que financiou do Regime à Nação, tudo um pouco cabe, até ao apuramento das responsabilidades ilibadas noutra Comissão e julgamento arquivados.

Luís Horta e Costa, accionista e Administrador da malfadada consultora ESCOM, pertença da saga da queda, deu o seu apoio na fuga dos capitais, financeiramente engendrados, para fugir ao risco do fisco no Banco falido. Ao consegui-lo, num processo maquinado pela oposição, entre Ministros da Defesa que são dos Negócios Estrangeiros, até ao papel de Vice Primeiros, tudo serviu de tudo para se apurar o destino daquele que foi apelidado o 'sexto homem'.

Mal a chapa batida pela germânica Ferrostall aportava na costa que vira o congénere alemão afundar na guerra anterior, nova guerra começava em prol das comissões a ser comissionadas.

Se à queda dos Espírito Santo se sentia uma resposta dada, na inquirição inquisitorial, a certeza da resposta perguntada foi total quando ao perguntarem a Luís Horta e Costa algo sobre as ditas contrapartidas, o seu inquiridor lhe dizer previamente que já sabia de antemão a resposta que queria ouvir.

Nesta Comissão, num aparte comissionado, feito submarino que se afunda infundado, fica o registo incompreendido da guerra entre um Eixo e Aliado, sem se perceber bem em quem se deposita a Fé da vitória.

Porque os destroços destes submarinos, nunca mais serão encontrados.

2015

20 de Janeiro

9:00 | **Presidente da Price WaterHouse & Coopers | José Pereira Alves**

15:00 | Administradora da KPMG | Sílvia Gomes

A arte do Manuscrito

A arte do controlo é algo tão antigo como a Humanidade. Sempre que alguém se propõe a fazer algo, desde logo alguém olha e quer saber o porquê da mesma ter sido feita.

Nisto designou-se a posição de Auditor.

Um Auditor não é mais do que um 'ouvidor', ou pelo menos é essa a sua origem em latim.

Nos dias de hoje, pela perversão que a Coroa Inglesa, a partir de 1314, com a criação do posto de Auditor do Ministério da Fazenda fez, foi designar de forma concreta o Auditor como alguém que é um especialista em assuntos financeiros e económicos, alguém que analisa e avalia o estado contabilístico de uma empresa ou instituição.

A forma que um 'ouvidor' tem de transmitir a sua informação também é ela muito particular. Os Auditores são uma ordem profissional especial. Tem regras muito próprias e quem sabe seja preciso uma nova Pedra da Roseta para decifrar aquilo que dizem, escrevem, e a transmissão do que fazem. Para os leigos na matéria é o mesmo que olhar para os hieróglifos Egípcios e não ter a chave do código em Grego para se fazer a tradução.

José Pereira Alves, Auditor, Presidente da Price WaterHouse & Coopers bem demonstrou a inequívoca condição retaliatória da leitura cifrada da sua profissão.

Ouvi-lo foi como tentar ler uma página do Manuscrito de Voynich, obra mística do século XVI, indecifrável e que deixa no ar sempre a dúvida da falsificação.

Pergunta-se, por indiferença e cansaço parlamentar: Foram as contas dos Espírito Santo, também elas um Manuscrito falsificado, ou é apenas algo indecifrável?

2015

21 de Janeiro

16:00 | exercia funções na Direcção do Banco Espírito Santo e funções de Secretária de Estado | Rita Barosa

27 de Janeiro

15:00 | **Presidente da ESCOM | Hélder José Bataglia dos Santos**

O Horizonte de Calunga

O Reino do Kongo era uma estrutura político-administrativa bem complexa e centralizada. A sua autoridade máxima era o Manicongo, o seu Rei, escolhido por um conselho de Nobres que ocupavam os cargos de Secretários Reais, Administradores Provinciais, Colectores de Impostos, Juízes e Oficiais Militares.

As suas crenças religiosas diziam que o mundo dos vivos e dos mortos se dividia numa linha no horizonte do Mar, a Calunga, por isso, em 1483, quando a frota de barcos enormes que mais pareciam pássaros gigantescos traziam Diogo Cão, acharam que os portugueses eram espíritos dos seus antepassados Africanos a regressar para casa.

O confronto entre duas culturas foi um choque de confluência.

Se os Africanos na Foz do Rio Zaire receberam bem a armada portuguesa, os portugueses, fazendo reféns quatro nativos que trouxeram de volta para Lisboa, estavam mais interessados na produção local de Sal.

Passadas algumas luas Diogo Cão regressa com os seus reféns, agora Europeus, com vestimentas e fala portuguesa.

A ponte de deslumbrado serviu para convencer o ambicioso Manicongo Nzinga da importante aliança entre Portugal e Angola ao ponto de, em 1491, baptizando-se Católico, assume o nome do Rei de Portugal, D. João, e fica a sua mulher a ser conhecida por Leonor e o filho Afonso.

Tudo pela boa Graça do Espírito Santo.

Em 2008, por Angola, o comércio já não era de Sal, mas ainda assim Salgado, e nas palavras de Bataglia, estruturalmente montado para fugir aos impostos.

A aliança portuguesa por África mantém-se neste deslumbrado Católico que um nome tem, e os negócios que uma comissão sustenta, no alvo da mira do Inquérito.

Ao contrário de familiares indesejáveis, aqui foi a escolha de alianças questionáveis que deu a reputação complexa que um negócio tem, e assim, ao valor que se compartiu, os azares que as intempéries climáticas trouxeram na prospecção de mercados alternativos.

Em 2015 a ESCOM já não é mais que um horizonte distante, e nem a Calunga de outros tempos diz que estes são os antepassados a regressar a casa.

2015

28 de Janeiro

16:00 | auditora da KPMG | Inês Viegas

29 de Janeiro

16:00 | **ex-Administrador do Novo Banco | Dr. José Honório**

Tiro de Canhão

A História da Humanidade é uma sequência de sucessivas acções e reacções intermináveis.

A pólvora, descoberta como Elixir da Vida no século IX, durante a dinastia Chinesa Han, só encontrou propósitos bélicos a partir de 1126 quando se produziu o primeiro canhão de bambu, e mais tarde, em 1290, com o canhão metálico chinês.

A chegada à Europa só aconteceu muito mais tarde, no século XIV, pela redescoberta do monge alquimista Alemão Berthold Schwarz, na cidade de Freiburg, e só éposta à prova em 1334 quando o Bispo Nicolau I de Constança manda defender com ele a cidade de Meersburg.

Por Portugal, só pelo ano de 1384, pela mão do Mestre de Aviz, é que o canhão começou a ser utilizado como arma de protecção, construído segundo as técnicas dos sarracenos, sendo posteriormente constituída a 1ª Unidade de Artilharia em 1449.

Era assim disparada o tiro se canhão necessário para esta acção reacção tão primordial na História da Humanidade.

José Honório demonstrou bem o seu tiro de canhão. Em como as acções e reacções a curto, médio e longo prazo têm efeitos, muitas vezes menos expectáveis do que aquilo que se imagina.

Se por um lado se desvendou um conhecimento interno sem que a denúncia fosse a base para a queda dos números avultados num prejuízo que fez cair a economia de um País, por outro, fica patente, perante o desconhecimento - ou prepotência dos inquiridores; de que ao invés de se investigar somente a resolução, se poderia apurar o impacto das nacionalizações de outrora.

É a História da Humanidade, acção, reacção e tiro de canhão.

2015

4 de Fevereiro

16:00 | **ex-Administrador do Novo Banco | Dr. Moreira Rato**

Mimetismo retaliatório

Em 1863 Henry Walter Bates, um Naturalista Britânico, publica o seu livro 'The Naturalist on the River Amazons' (O Naturalista no Rio Amazonas) baseado no seu estudo 'in loco' durante onze anos em território Brasileiro a estudar a flora, e sobretudo, a fauna local.

A sua atenção eram as aves e os insectos, sobretudo as borboletas.

A sua visão evolucionista da Vida, num padrão Darwiniano, fez ver que a sobrevivência mimética das borboletas, utilizando a camuflagem predatória das suas asas como forma de afastar os inimigos, prolongavam a sua curta vida, mantendo esta uma das mais longas espécies animais registadas.

O seu conceito analítico, cientificamente apresentado à Comunidade ganhou o apêndice de seu nome e até aos dias de hoje, e a visão da Borboleta Haliconid, a das grandes asas com o padrão ameaçador, chama-se de mimetismo Batesiano.

Seguramente não foi sem este pensamento predatório que a equipa de Victor Bento, recém-empossada no Novo Banco, escolheu como símbolo da sua instituição a Borboleta Haliconid para representar a transição.

Se antes a queda ficara conhecida pela sua inércia, agora o momento que atravessava ficará marcado pela ferocidade predatória desta borboleta, mas pelo curto espaço de vida que dura.

Moreira Rato demonstrou bem o quanto curta foi a vida despreparada que teve essa borboleta, e em como nem a sua camuflagem retaliatória a preparou para a medida que não fora previamente comunicada. Tudo naquele Banco estava por inércia, mas num bater de asas mudou, e sem que se percebesse, entre as quatro fases que levam uma Borboleta a ser adulta e largar o casulo, a sua vida durou algo entre as três semanas e três meses.

Foi conta certa. Para não haver conta da passagem ou relatório assinado, antes que o semestre se completasse, todos bateram asas e voaram.

2015

5 de Fevereiro

16:00 | Administrador do Banco Espírito Santo | Dr. Luís Máximo dos Santos

10 de Fevereiro

9:00 | Presidente do Novo Banco | Dr. Eduardo Stock da Cunha

15:00 | Construtor Civil | José Guilherme (não esteve presente alegando impossibilidade por motivos de saúde e residência no estrangeiro, respondeu por escrito)

Boa Memória

22 de Outubro de 1883 foi um dia complicado na História Portuguesa. A sucessão monárquica do Rei D. Fernando I que acabara de falecer estava em risco visto não ter deixado nenhum filho varão, e a sua descendência feminina, D. Beatriz, ser casada com D. João, filho do Rei de Castela, que nesse momento, de forma independentista, se ter coroado Rei de Portugal.

Gerou-se o período de guerra civil e anarquia conhecido como Interregno que só veria o seu fim com a Guerra de Aljubarrota, e o afirmar da Aliança Anglo-Portuguesa, firmada a 12 de Maio de 1386 com o Tratado de Windsor entre D. João I de Portugal, Mestre de Avis e Ricardo III de Inglaterra.

Selou-se a mais antiga aliança dinástica entre duas Nações Soberanas e independentes.

Pela Boa Memória e Graça do Espírito santo Nossa Senhor.

A importância das influências britânicas sempre foram de suma importância na regência Nacionalista Portuguesa, e nem a boa memória do vinho do Porto desequilibrou esta Sacrossanta Aliança secular.

De Inglaterra vieram as boas influências do Marquês de Pombal para a Capital do Império, os ideais Iluministas que alicerçaram a mudança da política vigente, e claro, tudo aquilo que fez julgar uma Família que tentou o assassinato de um Rei.

Já em pleno século XXI a boa memória da influência Britânica, desta Aliança multicultural segue na vinda de quem pode resolver aquilo que uma fuga forçada fez cair em desgraça. Stock da Cunha chega de Londres na vã esperança da resolução. Solucionada está.

Parcerias estratégicas

A 12 de Agosto de 1807 chega a Lisboa uma Carta Oficial de Napoleão Bonaparte para o Príncipe Regente D. João de Bragança com as determinações Francesas: Portugal deveria aderir ao Bloqueio Continental, fechar os seus portos à navegação Britânica, declarar guerra aos Ingleses, sequestrar os seus bens em Portugal e deter todos os cidadãos Britânicos residentes no país. A resposta deveria chegar até o dia 1º de Setembro.

A estratégia Portuguesa, alicerçada no pacto de não traição entre os dois países, Portugal e Inglaterra, seria de fazer passar a mensagem de que as ordens Napoleónicas tinham sido tomadas à letra e tudo seria aplicado de feição. A resolução fora tomada e enquanto isso, a 29 de Novembro de 1807, depois de muitas intrigas de traição, recusa e aceitação, enganos e cifras, a Família Real, seguida de cerca de 15 mil súbditos, foge às pressas para o Continente Brasileiro. O Reino de Portugal estende-se entre um Oceano, e Napoleão assume a sua primeira derrota, a única Monarquia não conquistada pela Expansão Francesa.

Enquanto o país fica literalmente entregue à sua sorte, a parceria estratégica da Sacrossanta Aliança do Tratado Britânico é chamada a responder, e assim, a 22 de Abril de 1808 o futuro 1.º Duque de Wellington, Arthur Wellesley, instala-se como Regente Britânico em Lisboa, mantendo o controlo do Reino de Portugal e expulsando o General Francês Jean-Andoche Junot que parte 'de armas e bagagens' das terras Lusas.

Os Portugueses que ficam pelo País clama o regresso do seu Rei e o fim da presença Britânica que muito consome da produção vinícola Nortenha, mas tal sorte demorará 14 anos, sendo que só em 1822 El rei D. João VI regressa ao Reino de Portugal e Algarves mas já sem o Brasil como parte do Império.

Eduardo Stock da Cunha chega de Inglaterra como o emissário salvador de uma fuga acidental pela imposição de uma resolução forçada.

Há uma falênciа escamoteada da qual há que ser feita uma salvação Nacionalista, e assim, depois de uma sucessão caída de poder, o velho que se fez Novo vê-se regido por quem dos ideais da aliança Sacrossanta mais sabe e percebe.

As promessas asseguradas pelo acto compromissório não são bem as que são para cumprir, pois as medidas resolutivas tomadas no ápice da fuga nem sempre ficam claras e a presença de quem imponha uma regra e ordem primordiais.

O Papel Comercial assegurado vê-se transitado de 'armas e bagagens' a tóxico, enquanto nada mais está definido no jogo da certeza passada.

É que Stock da Cunha vem de Londres com a boa memória Britânica, mas antes disso, pelos Reinos de Castela, fez a sua educação bancária por Espanha, o eterno inimigo do Reino de Portugal.

Liberalidade de José

li·be·ra·li·da·de

substantivo feminino

1. Qualidade de liberal.

2. Acto de dar com generosidade.

José foi liberal. Teve a qualidade de o ser. Ad usum, ad nauseum, ad eternum. ad sempre.

Ou pelo menos enquanto o tempo de se ser generoso pode ser, e os RERT - Regime Especial de Regularização Tributária, existiram para a correcta regularização de dinheiro proveniente de fonte, ainda, não declarada.

A liberalidade de José deu um 'jeitão', assim como a sua ausência pontual, transgredindo a condição de inquirido, visto em aprumos capilares posteriores à obrigação de depor.

Justificações imperiosas respondidas, livremente, por escrito, que apenas deixam mais confusa a teia de ligações entre as amizades convenientes ou de conveniência entre quem, como se diz numa liberalidade verbal, é amigo para as ocasiões.

definição in:

<http://www.priberam.pt/dlpo/liberalidade> [consultado em 16-04-2015].

2015

11 de Fevereiro

16:00 | Presidente da Comissão Executiva da Tranquilidade | Dr. Pedro Brito e Cunha

17 de Fevereiro

16:00 | **ex-Director do Risco Global GES | Dr. Carlos Calvário**

"L'État c'est Moi"

Em 1698 é publicado o segundo volume da obra de vida de D. Luis de Meneses, o 3º Conde da Ericeira, notável Nobre, Militar, Político e Historiador Português, "História de Portugal Restaurado", em que conta o percurso tumultuoso da vida Portuguesa, das reformas e restruturações financeiras em meio de intrigas palacianas que este Vedor da Fazenda logrou aplicar.

As suas ideias, apreensão Absolutista Francesa de Jean Baptiste Colbert, alinhavam-se num mercantilismo que defendia a intervenção do Estado nas Instituições Privadas, por forma a rentabilizar, quase forma monopolista, as indústrias, equilibrando a balança interna da Nação.

A aplicação da Pragmática de 1677 foi pragmática, e versa a frase Real de Louis XIV, "L'État c'est Moi", mas por Portugal a recepção final não foi mercantil.

Oito anos antes da publicação deste segundo volume, o Conde da Ericeira havia se suicidado por 'ataques de melancolia'. O Estado seguiu a sua intervenção, Absoluta para Ele, um calvário para o Povo.

Em 2013 Carlos começa o seu calvário. Em nome do Espírito Santo audita as contas do Banco e Grupo onde fez toda a sua vida profissional.

Nela descobre o que a Administração suspeitava existir e aquilo que estava a ser motivo de reformas e restruturações financeiras em meio de intrigas palacianas que este responsável pelo Risco tenta compreender.

O Absolutismo neo liberal do Governo não intervém de forma mercantilista e ninguém diz 'ser o Estado'.

Quando o calvário de Carlos se torna pragmático, e realidade faz com que a Resolução se torne Pragmática, mas agora, em 2015, esta é já a 'História de Portugal Restaurado'.

2015

18 de Fevereiro

16:00 | Diretor do Departamento de Risco | Dr. João Moita

19 de Fevereiro

16:00 | Presidente da Direção da Associação de Defesa dos Clientes Bancários Lesados, Investidores em Papel Comercial | Dr. Ricardo de Seabra Rato A. Ângelo

17:30 | Presidente da Direção da ABESD - Associação de Defesa dos Clientes Bancários | Dr. Luís Vieira

Dignidade de Ricardo

"Dignidade é a qualidade de quem é digno, ou seja, de quem é honrado, exemplar, que procede com decência, com honestidade. É um substantivo feminino, que vem do latim *dignitate*, que significa honradez, virtude, consideração.

A dignidade de um indivíduo representa a sua “integridade moral” e um ataque a essa dignidade é caracterizado como “danos morais” e se na justiça é provado o contrário é cabível uma reparação do acusador.

No sentido jurídico, entende-se como a distinção ou honra conferida a uma pessoa numa posição elevada, com cargo ou título de alta graduação."

Comprar algo que nos é vendido como sendo bom, seja isso uma aplicação financeira de retorno garantido, em que altas instâncias Nacionais, dando a cara pela palavra confiada das Instituições responsáveis, diz que será seguro fazê-lo, é algo comprometedor na dignidade do investidor dito desqualificado.

As reservas monetárias de uma vida, vistas levadas numa maré de azar, são remotamente vislumbradas num mar cujo vento amainou, mas a dignidade ferida de quem precisa disso para viver, não.

Ricardo foi digno. Claro. Conservador e educado.

De princípio defendeu os princípios que, ao se verem ditos, são a desdita da insensatez de quem pode dizer não.

Anda quem não pode, a indignar-se com a dignidade daqueles que não se indignam e fazem do sal da Vida o salário que outrora pouparam e agora lhes seca a voz que não querem calar.

Digno digno era ver dignidade em quem dela deveria fazer reserva de moralidade e não distinção de honra.

definição in:

<http://www.significados.com.br/dignidade/>

2015

24 de Fevereiro

09:00 | CFO da Rioforte | Dr. Gonçalo Cadete

16:00 | Administradores do BES | Dr. Jorge Martins e Dr. João Freixa

26 de Fevereiro

16:00 | ex-Diretor Presidente da OI | Dr. Zeinal Bava

Patent Caveats

Em 1856 o italiano a viver em Staten Island, Nova Iorque, Antonio Santi Giuseppe Meucci cria aquele que é conhecido como o 'teletrofono', uma invenção capaz de transmitir a voz pela electricidade. Fizera-o porque, a sua mulher, Ester Mochi, ao sofrer de reumatismo, não se conseguia deslocar internamente em casa, e assim, com uma comunicação verbal via telégrafo falante, inventa aquele que é, para todos os efeitos, o primeiro telefone no Mundo.

Porém, porque a vida financeira do casal não seguia de feição, e os empréstimos prestados não eram sol de muita dura, a patente provisória, uma *patent caveat* de 10\$, não foi suficiente para que a mesma lhe desse o nome na invenção. A mesma fora vendida, por necessidade, a Alexander Graham Bell, que, em 1876, patenteia o telefone.

Felizmente a lei existe e Meucci pode processar Bell pela usurpação da sua invenção, requisitando que a mesma lhe fosse atribuída.

Infelizmente o verdadeiro inventor acaba por falecer em 1889 e o processo ser esquecido nos anais da História das atribuições do Espírito Inventivo Humano.

Só a 11 de Junho de 2002, quando o Congresso dos Estados Unidos aprovou a resolução N°. 269 é que se repôs a verdade da fraude. Graham Bell usurpara algo que não seria seu e tomara autoria por isso. Meucci é agora considerado o real, porque o é, inventor do telefone moderno.

Bava é uma espécie de alto reconhecido no que concerne à categoria do Espírito Inventivo Humano. Deve-se, quem sabe, à obra e graça do Espírito Santo.

Verdade é que, entre estar presente na ausência Continental, o não saber de nada sempre foi obra para quem não quis perder a graça, ou o desmérito do reconhecimento das capacidades da criação.

Os empréstimos recorrentes entre a empresa que liderava não foram sol de pouca dura, mas o destino final do último o ultraje Nacional que levou à Libertação Francesa das Telecomunicações Portuguesas.

Zeinal? 'Deu-lhe uma Bava!'.

2015

4 de Março

16:00 | ex-Presidente da PT | Dr. Henrique Granadeiro

Injustiça de Henrique

"Injustiça significa a falta de justiça, de bem comum e de equilíbrio dentro de diversos grupos sociais que pode acontecer em toda comunidade e até num sujeito individual.

A injustiça significa principalmente o desrespeito pelos direitos tanto dos indivíduos como da sociedade em conjunto, e isso pode ser visível de diversas formas: alguns menores e quase invisíveis, outras mais notórias e flagrantes.

Se entendermos que a justiça é a busca do bem comum e do bem-estar conjunto, a injustiça será o benefício de alguns em prol do prejuízo de outros."

Henrique disse sentir-se injustiçado pela forma como o veem. Pelo que dizem ter feito e não fez, numa injustiça que a partilhar se divide pela culpa alheia de outros. Divide-se na filosófica questão Cristã que os separa: A religião Muçulmana.

Parece que um cumprimento de boas vindas os fez desavindos nas formas injustas que a justiça de Henrique se fez injusta.

O benefício invisível, das nove gravidezes de um mês, viram-se multiplicados no parto complexo de novecentos de uma única vez. Rábula maternal para um nado morto perdido na palavra do Espírito Santo. Dele foi o céu, e do bem comum, desse invisível a quem se chama Sociedade, o purgatório da espera imensa: limbo da absolvição.

Se entendermos que a justiça de Henrique é a busca do seu bem comum e do bem-estar individual, a sua injustiça será o benefício próprio em prol do prejuízo de outros.

Definição in:

Artigo: <http://queconceito.com.br/injustica#ixzz3TSVEKByY>

2015

5 de Março

16:00 | CFO da PT SGPS | Dr. Luis Pacheco de Melo

(dia)crónica

Em Nome de Alguém

Factos e ficções fazem parte das máscaras que usamos para fazer face ao rosto que mostramos.

Belmonte prepara-se para um momento impar de resolução.

Estamos em meados do século XIV e a cidade Italiana recebe individualidades estrangeiras para que a mão de uma das suas mais belas donzelas seja pedida em matrimónio por aquele que for o partido ideal.

Pórcia é seu nome, e a tentação de muitos, que a disputam entre que tais. A formosa Italiana tem apenas uma condicionante para se casar com o marido que o seu Pai decida escolher: escolher um dos três cofres que se encontram no seu Palácio.

Sobre uma mesa estão as três opções:

Um cofre de ouro onde se pode ler 'Aquele que me escolher ganhará o que muitos Homens desejam';

Um cofre de prata com a inscrição 'Aquele que me escolher ganhará aquilo que merece';

E um cofre em metal onde diz 'Aquele que me escolher deve dar e apostar tudo em mim'.

Independente da escolha que seja feita pelo apaixonado de Pórcia, o seu conterrâneo Bassânio, o que está em jogo é o empréstimo feito por este, recorrendo ao seu amigo António, Mercador em Veneza, e que, com as dificuldades de financiamento, usa os préstimos de Shylock, um usurário de capa vermelha, que lhe propõe um acordo em troca do não pagamento de juros.

Se no prazo de três meses António não lhe pagar os três mil ducados emprestados, Shylock terá direito a uma libra de carne do seu cliente.

A amizade cega, na incondicionalidade amorosa de um amigo, fazem o Mercador assinar sem ponderar as consequências do que está estipulado.

A resolução moralista, onde a Justiça Cega, como manda o Direito, impera, fazem do acto final desta História, um enredo jurídico impar.

A impossibilidade, quase previamente declarada, do não pagamento de António a Shylock, designam a aplicação do contrato acordado entre as partes. Uma libra de carne é devida ao agiota, cumpridor objectivo daquilo que se estipulou.

A bem do julgamento que se sabe ver, na justiça travestida, Balthazar, o advogado, defende a 'Qualidade da Misericórdia', clara alusão ao perdão necessário, de uma dívida impossível de se pagar.

Num confronto final, em que há, de forma profética, um 'imperativo jurídico' que se quer impor entre o 'tudo é possível' sem que se faça tanto a integração quanto o confronto entre o que é, de facto, real, e aquilo que é ficção, a estipulação contratualizada entre usurário e tomados de empréstimo não deixa claro a condição sob a qual a libra de carne seria extraída do corpo da vítima. No contrato redigido mencionava-se apenas a remoção da libra de carne, não do sangue que a faz viver. Por tal, segundo as leis Venezianas, se tal ocorrer, Shylock incorre numa pena de ver os seus bens e terras confiscados.

O bom senso impõe-se perante o justicialismo oportuno que vigora da palavra que se designa por cegueira, e o Judeu sai derrotado e cristianizado na palavra do Espírito Santo.

A base para a perfeita ficção é sempre a dura realidade da permanente adaptação Humana. António é o Mercador de Veneza, e Shylock a sua antagonista némesis, figuras centrais da obra cómica de William Shakespeare.

Olhando para o travestido julgamento que a personagem principal sofre, ilações Nacionalistas se fazem na apropriação do Conto Veneziano para uma hipotética Lisboa em pleno século XXI.

Os contratos morais que a Sociedade tende a dizer aceitar, são a base de licitação das virtudes políticas que se vendem em Praça Pública. São eles o falso moralismo que nos leva ao populismo da aplicação cega da Lei, intransigente e sem resposta.

Máscara da personagem que dizemos mas não sentimos ser.

Resolvida a resolução, entre as dividas que a dúvida faz criar, a escolha do julgamento final ainda são especulações relegadas ao Quarto Poder.

Do Primeiro ao Quarenta e Quatro, os pretendentes ainda se prefiguram na escarpada Costa, perdulários para escolher o cofre que define o futuro de todos nós.

O empréstimo foi feito, e sobre ele há a certeza de não ser pago, por tal, julgamento final nos espera. Resta saber se a condicionante contratual, nessa escolha do metal precioso, passará pelo sangue derramado?

Em Nome do Pai, do Filho e do...

2015

10 de Março

09:00 | Presidente da APB | Dr. Fernando Faria de Oliveira

15:00 | Advogada da Sociedade de Advogados Ana Bruno & Associados | Dr. Ana Bruno

Sophos

A base da Tragédia é Grega, e nada mais oportuno num momento em que a tragédia económica que se abate sobre uma austeridade Democraticamente imposta veja o reduto da Democracia Grega a fazer o volte de face, sejamos confrontados com os ensinamentos clássicos da Tragédia que daí provem.

A base do pensamento edificante para o clássico filósofo seria alguém que tenha atingido a sabedoria que o mesmo, o filósofo, procurava, ou seja, seria um *sophos* (σοφός).

Mas esta distinção, entre quem o é e quem longe disso fica, é trabalho árduo e tarefa difícil.

Se de fácil apreensão e compreensão quase lata, entre o mortal Homem e o eterno Deus, algo pelo meio-termo é a sabedoria perpétua.

Por volta do ano 380 A.C. Platão escreve justo esta teoria no seu diálogo *Symposio*, um Banquete onde se fundamentam as verdades que não se querem ver mentiras, e as fugas para uma certeza que se encontra na expectativa de ser confirmada.

Neste *Tò sumpósion* prefere-se discutir a diferença em detrimento da alimentação mundana que faz de uma mesa de comensais o retrato completo daqueles que, numa postura de poder, dominam a ignorância daqueles que pouco decidem.

Faria fez aquilo que lhe ditou a sua consciência, e numa tragicomédia, quase Grega, disse aquilo que lhe pareceu ser a verdade que ninguém quis reconhecer.

Tudo não passou de uma fuga para a frente, um descalabro de banquete onde a espera indeterminada deram a resposta que o tempo fez chegar.

Quem decidiu não foi quem não teve opção por não o fazer, e quem agora afasta de si o acto final da decisão, é cúmplice da tragédia que se anuncia.

Pois *sophos* é também sinónimo de pessoa virtuosa, e Faria foi-o.

2015

12 de Março

16:00 | ex-Diretor Coordenador do Espírito Santo Research | Dr. Miguel Frasquilho

Cartas no Divã

Sigmund Freud é considerado o pai fundador da Psicanálise moderna. Ou pelo menos da corrente que, com o seu nome, adjudica a terapêutica analítica que faz do inconsciente a verdade do Mundo consciente em que habitamos.

Em 1882 ele estava apaixonado por Martha Bernays, a Judia Alemã de Hamburgo, com quem começou uma íntima e apimentada troca de correspondências.

O que as suas cartas revelam é a consequente verdade da análise de quem no divã se sentava frente a um espelho e não nas palavras de quem o interpretava visto de fora.

A sua verdade é tão lapidar como a escolha entre dois caminhos para a incongruência do 'amar': "*O primeiro seria me abster de relatar uma atmosfera que supostamente não vai durar nem uma semana. O outro seria fazê-lo mantendo um olhar sereno, acima do teatrinho de máscaras que a vida vai encenando connosco.*"

Martha, capaz de citar cânticos eruditos, faz a lembrança do silêncio e não cala aquilo que consente, pois a 'mudez' apenas se deva às 150 milhas que os separam:

(...) "graças aos céus só ‘mudo’, mas não surdo, eu quase diria, não, e tampouco a um cego, pois você é capaz de ler o que eu escrevo, e então eu tenho total ‘liberdade de fala’".

A noção de posse na resposta enuncia o título da resposta do analista: "Você pertence a mim".

Já Martha, na alusão final, de quem se convence de um amor que se viria a perpetuar num acto de resolução, determina, sozinha, que Freud é o: "meu amado, malvado e querido homem".

As cartas que se trocam em 2015 na Comissão não são de amor, nem cartas são. São missivas de resposta obrigatória a quem tem a prerrogativa de poder não comparecer.

Ainda assim são dignas de uma introspectiva análise ao inconsciente que se faz lucido sobre quem antes proferiu oralmente e agora o confirma por escrito.

Vítor Gaspar, que de um monocórdico obrigacionista da Troika, lacaio da austeridade imposta num desolado país a mando dos empréstimos estrangeiros, vê-se agora como membro do Fundo que negoceia a saída para a misericórdia de tantos.

Se num momento ele, a austeridade, aplicou, agora acha que foi excessiva.

Sobre a resolução se pronuncia apenas no acto negatório da ausência do favorecimento. Um *Mea Culpa* habitual de quem por cá já não faz poiso.

Passos Coelho, perdido nos passos da vida, na sua missiva de respostas, retorquindo àquilo que lhe era feito inquérito, diz que o seu envolvimento foi o delegado pelo envolvimento das instituições que responsabilidade têm. O Regime é Democrático, e a ele, Primeiro decisor da Nação, nada lhe é imputado, numa resolução de escolha bancária.

A economia a quem dela saiba e perceba, pois o esquecimento é a fragilidade inconsciente de quem não sabia o que antes tinha decidido.

2015

17 de Março

09:00 | Presidente da Comissão executiva do BPI | Dr. Fernando Ulrich

15:00 | Vice Primeiro Ministro | Dr. Paulo Portas

Emet

Por volta do século XVI, em Praga, burgo judeu de Varsóvia na Polónia, o rabino Loew ben Betzalel escreve num pedaço de papel a palavra *Emet*, 'verdade', por forma a activar aquela substância ainda informe que virá a responder pelo nome de *Golem*.

O desígnio pelo qual o faz prende-se com o cerco antisemita que assola a gueto onde se isola o rabino e a sua comunidade.

Mas como nem todas as resoluções são soluções, o seu *Golem*, de protector passou a acto de retaliação, e o papel de protecção virou ataque.

O medo espalhou-se na Comunidade Judaica, e ao rabino, nesse constrito acto de verdade, nada mais lhe restou que, ao apagar a palavra que vida deu ao seu 'tolo', 'imbecil', ou 'estúpido' pedaço de matéria-prima, retirar a primeira letra de *Emet*, ficando *Met*, 'morte'.

Golem morto, controlo recuperado.

O depoimento de Fernando, neste século XXI, no burgo laico da República Portuguesa, pareceu querer fazer valer-se da palavra *Emet* para animar a contradição assente na responsabilização inerente de quem se aponta o dedo.

A matéria-prima, quem sabe, informe, ganhou laivos de certeza, retaliatória, mas verdadeira, sobre o papel que cada um tem, ao ter e ser quem diz ser o que é.

Emet, a verdade, não é só um papel que se passa de atestado numa forma inerte que à tradução corrente é tola, imbecil ou estúpida. É verdadeira pois faz senso do contrassenso existente.

E Fernando, nem nada que ver com a resolução, recuperou o controlo.

Revogabilidade de Paulo

Revogação (ou revocação, do latim *revocatō*) é a acção e o efeito de revogar (ou revogar). Este verbo faz referência a deixar sem efeito uma resolução ou um mandato; afastar ou dissuadir alguém de um desígnio; ou fazer retroceder/recuar alguma coisa.

No âmbito do direito, a revogação é a anulação, substituição ou emenda de uma ordem. Essa decisão é tomada por uma autoridade diferente daquela que tinha resultado da primeira instância.

A qualidade de Vice Primeiro assegurou-lhe a condicionante do respeito, mas a palavra dada foi enquanto Presidente do Partido da Coligação.

Se a opinião dada era a correcta, o certo e o errado confirmavam-se na factualidade dos actos cumpridos. O irrevogável fez-se revogável.

Paulo é Católico Cristão, amigo de quem se apelida Espírito Santo.

A tranquilidade absolutista de quem assinou o tratado que permitiu a existência da resolução falou ao inquérito que divergiu mais da sua forma em detrimento da função.

As Judiarias à Cristandade somam e seguem na Comissão da Santíssima Trindade silenciada, e há que analisar a visão revogável da oposição neste dia em que os falsos amigos para as ocasiões se revelaram profetas do desengano.

A Esquerda de um Bloco pedia 'presciência' ao Vice, e que o mesmo, antes mesmo de se saber o que iria acontecer, o soubesse, revelando a revogabilidade económica da inquisidora.

Os ferrenhos Comunistas, não concordando em investir capital público em empresas privadas, preferiam a Nacionalização da Banca, sem nisso compreender a inquisição partidária, a revogabilidade da sua cartilha ideológica.

A ululante histeria dialéctica de Virgem Consumada tomou de posse a dignidade Socialista e mostrou o lado Estalinista presente na insistência 'ad usum Delphini' da inquisitorial inquisição Social, mostrando a revogabilidade da prestação moral no Partido.

É que o compasso da vida é marcado pelas revogabilidades de Paulo.

definição in:

<http://conceito.de/revogacao#ixzz3UpUqOATv>

19 de Março

16:00 | **ex-Presidente do Grupo e Banco Espírito Santo | Dr. Ricardo Salgado**

Sermão do Bom Ladrão

Em 1655 o Padre Jesuíta António Vieira proferiu aquele que lhe valeu uma Real reprimenda pela forma delatória como fazia cair sobre o poder o seu machado de corrupção.

Avisava, no púlpito da Igreja da Conceição Velha, actual Misericórdia, que 'Non dimittitur peccatum nisi restituatur ablatum', numa clara alusão de que 'a salvação não pode entrar sem se perdoar o pecado, e o pecado não se perdoa sem se restituir o roubado'.

Fazia o seu Sermão do Bom Ladrão, numa réplica daquilo "que vemos praticar em todos os reinos do mundo é, em vez de os reis levaram consigo os ladrões ao paraíso, os ladrões são os que levam consigo os Reis ao inferno", salientando aos Reis o pecado da corrupção passiva/activa, pela cumplicidade do silêncio permissivo.

O seu, premonitório, sermão, apresenta uma visão crítica sobre o comportamento imoral da Nobreza instalada, da época.

A mentira e a fraude são demonstradas através da invocação histórica dos ensinamentos filosóficos de São Tomás de Aquino no paralelo de que os príncipes são obrigados a devolver o que tiram de seus súbditos, sem ser para a preservação do bem da colectividade. O bem comum de quem contribui deve se sobrepor ao individual de quem Governa.

A delação era figura de estilo na perfeita alusão da representação do povo caído na desgraça da megalomania dos seus líderes epopeicos: diz o pirata a Alexandre Magno "O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza".

A dialéctica do pensamento associativo final é eloquente. Os que se sentavam ao lado de Príncipes eram 'laterones', palavra corrompida para 'latrones' que no fim se transforma em ladrões. O quadro perfeito do Sermão ao Rei D. João IV que assistia.

O poder delatório da Comunicação Social Portuguesa no hiato temporal que separou a 'Missa pro Nono Dia' salgaram bem o chão deste pelourinho.

Salgado viu-se de Idóneo a Fraude. Imputado de crimes e acusações. De uma auditoria forense apresentada nas páginas mediáticas mas não na sua íntegra.

Quem sabe, por Fernando Pessoa ser o discípulo sebastiânico do Padre António Vieira, seja com ele que Ricardo se defenda perante as acusações de imoralidade e falta de humildade ao não pedir perdão a quem lesou.

Cita: "Não dar desculpas, é melhor que ter razão" colmatando com um determinado "Eu estou aqui para defender a minha razão."

E as razões de Ricardo são pedras de Sal para a seca boca de Carlos Costa, Governador da Instituição que acusa de manifesta falta de isenção.

Justiça de Pelourinho da Santa Inquisição Ditatorial que o inquiria na expectativa da resposta de opinião, confrontada com a inegabilidade dos factos comprovados.

Na dialéctica das palavras que se desferem na opinião pública dos comentadores seguramente surgirá a dúvida: neste Sermão do Bom Ladrão, quem é o pirata e o líder epopeico pronto a fazer um furto justificado pela grandeza do seu cargo?

2015

24 de Março

9:00 | Presidente da CMVM | Dr. Carlos Tavares

15:00 | Governador do Banco de Portugal | Dr. Carlos Costa

Auto da Compadecida

Compadecer é o acto de sentir compaixão por uma outra pessoa, numa entrega de devoção quase religiosa, em que a farsa popular e o mito Católico se entrelaçam para fazer ver a verdade consequente daquilo que se define por carácter.

Compadecer, num Auto de julgamento, é perscrutar o nosso ser, olhando-nos nesse imortal espelho que é a alma, raiz do nosso ser, encontrando a Moral e o orgulho Patriótico que existe em nós.

É saber que, mediante a inevitabilidade do Ser, Ter ou saber Perder, há a face a defender.

É invocar o Império. O tempo em que, perante, na Lusa Pátria, ‘tudo ter’, não era sinónimo de ‘tudo ser’.

Era Todo o Mundo e Ninguém.

Auto da Moralidade

Custeador por El Rey D. Manuel I, é inaugurado em 1517 o Mosteiro dos Jerónimos, venturosa construção soberba de sua época, coincidente com a primeira representação da alegoria dramática de Gil Vicente, o Auto da Barca do Inferno, ou da Moralidade.

A Moralidade era algo que fazia falta às gentes da Terra Lusitana, deslumbradas com a glória Expansionista das maravilhas do Oriente, e com a grandeza desse empréstimo colonial que um dia mais tarde iria ser pago com o pesado machado da História.

A trama dramatúrgica Vicentina, que entre a Moralidade e a Farsa mais se aproxima do jocoso sentido de humor que acarreta, faz arreigada crítica social perante uma leitura dos falsos valores que cada personagem, representativa dos diferentes estatutos da Sociedade Portuguesa, decidem tomar entre uma Barca do Inferno ou da Glória.

Se entre o Diabo ou o Anjo, entre o Purgatório ou o Paraíso, o Mal ou o Bem, se deve optar por decidir perante a moral do que foi a vida que se decidiu viver.

Na trama, entre classe que se misturam, virtudes que se elucidam nos objectos que se demonstram, temos o fidalgo D. Anrique, o agiota Onzeiro, Joanantão o sapateiro, o parvo Joane, o Frade cortesão Frei Babriel com a sua dama de companhia Florença, a alcoviteira Brísida Vaz, Semifrá o Judeu usurário, os Corredor e Procurador da Justiça, o enforcado, e os quatro cavaleiros que morreram a combater pela fé, todos a se julgarem dignos da Barca que por eles espera.

Se pecados houvesse para julgar o que a vaidade individual de cada um julga, ou as Fés professadas pelo julgamento que o outro de nós faz, a dita final se diz que só a Fé do combate por alguém que assim o designou, ou a pobreza que não por nós foi atribuída, nos faz dignos da Glória. Desta forma, só os cavaleiros perdidos em batalha e o parvo ascendem ao celestial céu do Santo Espírito.

Os outros, personagens contaminantes da Sociedade de então, entram com o certeiro destino ao Inferno que os espera.

A moral é a amoral de tudo: julgar a alma de quem ainda se encontra em vida.

O Auto de autuação que hoje se faz, neste ano de 2015, é outro na forma mas não no conteúdo.

Se a moralidade é outra, a escolha das Barcas para onde embarcar faz-se neste prévio juízo sobre as almas que ainda se encontram vivas, embora sem o seu nome de Fé.

Carlos representa o nome do 'bolsão' daqueles que tudo perderam, ainda que regulados na regra imposta que se faz quebrar.

Se ele a faz cumprir, depressa sabe dizer que quem a ele devia pedir a ilação de lição, não o soube fazer, e a moralidade contaminante desta Barca faz-se rumo a um certeiro Inferno descendente.

Confrontam-se os factos que as máscaras de facto e ficção mais não escondem e que a supervisão fez ver terem falhado.

A pergunta que resta do Auto que se impôs, perante a culpa de culpados que nunca o assumem, perante a fidalga verdade, é que este se sente acomodado em qualquer lugar, na Terra ou no Inferno, pois para ele, ambas partes são totalmente sem regra, sem imposição.

Auto da Lusitânia

A 11 de Novembro de 1531 nasce D. Manuel, filho do Rei D. João II de Portugal, sendo que o seu parto ocorre em Alvito, longe da capital da Nação Expansionista, em consequência de uma grave epidemia que fizera a Família Real tomar esta resolução.

De qualquer forma, como forma de dedicação, Gil Vicente, o dramaturgo e ourives, dito mestre da retórica de seu Rei, escreve ao recém-nascido Príncipe Herdeiro o Auto nacionalista em prol da memória cambiante do Portugal moderno de então: Lusitânia.

Na construção dinástica que faz desta Pátria o nascimento perfilhado pela ninfa Lisibea e o Sol, em sucessão que nos traz à Sociedade da Capital que o terramoto um dia viria a iluminar, assistimos a dois demónios - Dinato e Berzebu, encarregues de relatar a Lúcifer tudo o que se passa; a escutar o diálogo entre 'Todo o Mundo' e 'Ninguém'.

'Todo o Mundo' é o rico mercador despótico na senda mercantilista da posse, enquanto 'Ninguém' é o pobre e remediado dos valores maiores.

Assiste-se à réplica diabólica entre a prova que o valor de um se sobrepõe ao outro, e assim por diante, no remediar do que a inversão da palavra dada faz mostrar de cada um.

"Ninguém busca consciência, Todo o Mundo dinheiro."

Subvertem-se as verdades pervertidas com uma dilacerante mentira consequente que o dito popular dirá: 'Enquanto o Diabo esfrega um olho', sendo que nesta Terra de cegos, quem tem olho não quer ver.

O remate final, resolução moralista de índole Religiosa, será "Todo o Mundo é mentiroso e Ninguém diz a verdade", pois aqui não é a omnipresença que prevalece. É antes a vontade omnipotente em tudo ter, razão que destinge a verdade, a cobiça, a vaidade e a honra dos Homens.

A razão de Carlos, Governador da Instituição Central onde a moeda mais não é que uma miragem de supervisão relegada ao seu supervisor estrangeiro, veio cumprir a dedicatória final deste seu Auto.

Se a Lusitânia de antes se resumia à dicotómica vertente de 'Todo o Mundo' e 'Ninguém', agora, num Magno Opus Nacional, perverte-se a palavra dada, por escrito, na desresponsabilização do que deveria mas não foi.

A Costa íngreme que foi esta Torre de Babel, onde os exemplos de complexos passam a complicados, têm a certeza das correspondências trocadas e das provas dadas. Há datas e dias, nomes e factos. Comprovações onde Ninguém disse estar, mas Todo o Mundo se viu confrontado.

Se por África Diogo Cão não tivesse chegado em 1482, uma garantia irrevogável feita tóxica por Carlos não o faria dizer, em 2015, "Espero não ter que voltar a Angola nos próximos anos."

Lusitânia de antes se parece com a de hoje, e Carlos fez jus à Justiça que impera na capacidade sub-reptícia de negar a evidência do que foi o resultado da resolução: "Gatuno. Foi a pior coisa que me chamaram em toda a vida." disse no desabafo que fez de Ninguém um Todo o Mundo.

Onde a culpa da consequência foi a inevitabilidade do imperativo.

Afinal, neste Auto de dedicação "Os meus colegas aqui foram heróis."

Carlos dixit.

2015

25 de Março

15:00 | **Ministra das Finanças e dos Assuntos Fiscais | Dr. Maria Luís Albuquerque**

Monopoly

A patente Nº 748,626., estabelecida nos Estados Unidos em 1904 por Elizabeth Magie, garantia os direitos do The Landlord's Game - Jogo do Senhorio; a versão inicial daquele que hoje responde pelo nome de Monopoly - Monopólio.

Servia, então, para ensinar de forma prática, como o sistema económico de igualdade de distribuição de capitais, na taxação da propriedade pelo Senhorio, criado pelo economista Henry George, ao ser aplicado no plano da vida real, falharia, enriquecendo os proprietários e empobrecendo os inquilinos. Sistema de causa efeito, resolução de consequências imprevistas.

A ideia de terrenos serem explorados, construindo neles propriedades manteve-se até que, em 1933, a Parker Brothers comprou os direitos e introduziu o sistema das cartas como penalização eficaz dos jogadores pelas suas tropelias financeiras.

O jogo pouco ou nada evoluiu de lá para cá, a não ser pela patine de idoneidade que nomes sonantes de propriedades - nomeadamente ruas, bairros, e afins; lhe deram como carta conforto na leitura de quem entrava no jogo.

Quem prevaricava, ou passava pela casa errada, ia sempre parar à cadeia, já quem tinha a sorte de passar pela casa da partida, sempre amealhava um juro extra sem perceber bem de onde vinha.

É um jogo do tudo ou nada.

Em 2015 o Monopólio editou a sua edição especial dos 80 anos, o 'Aqui e Agora', em que as principais capitais mundiais se alistam, e Lisboa introduziu-se como capital de ricos senhorios onde a velha teoria da propriedade volta a estar em jogo.

Maria Luís, a Financeira do Monopólio da Nação Lusitana, que de Resoluções sabe delegar consequências em subordinação alheia, viu que a medida tomada a ela não corresponderia. A sua casa neste jogo não era aquela que os dados lançados cabia, e a carta que lhe havia saído não era aquela que lhe tinham lido.

Datas e dados, confirmações de compra e venda, papéis assinados ou garantias revogadas, nada de mais que uma jogada de senhorio, onde os inquilinos, aqueles que nunca são prejudicados, não se definam por anglo-saxão swap.

É que neste Monopoly, 'Aqui e Agora', tudo é um jogo, do tudo ou nada.

(dia)crónica

Magna Charta Libertatum

Portugal tem uma longa tradição no seu sentido atraso em relação a tudo o que na Europa, e Mundo se passava.

Parece que sempre existiu em desfasamento histórico sobre aquilo que se implementava no exterior e que, tardiamente, era trazido para dentro das fronteiras portuguesas.

Quem sabe seja esse o segredo da preservação nacional e da sua manutenção de Independência contra um exterior invasor com tantos interesses neste País que se abre perante um Atlântico de fuga e partida ao desconhecido.

Em 1215, outorgavam-se os 63 artigos que compõem a Magna Carta - o primeiro documento dos tempos modernos; que garantia certas liberdades políticas na Inglaterra de John Lackland, El Rey João Sem-Terra, onde se determinavam as disposições que tornavam a Igreja livre da ingerência da Monarquia, reformavam o Direito e a Justiça e regulavam o comportamento dos funcionários Reais.

A razão que alicerçava o primeiro passo para o Constitucionalismo foi a forma como o Rei exercia de forma soberana e totalitária o seu poder sobre os Barões Ingleses e o Papado de Inocêncio III.

Uma resolução havia que ser tomada, e assim, a 15 de Junho desse ano, em Runnymede, o grupo dos antigos Barões obriga o Rei a assinar aquela que ficou conhecida como a Magna Charta Libertatum.

As medidas mais importantes, contida nos artigos ali assinalados, foram sem dúvida os artigos 39º e 40º:

"Nenhum homem livre será preso, aprisionado ou privado de uma propriedade, ou tornado fora-da-lei, ou exilado, ou de maneira alguma destruído, nem agiremos contra ele ou mandaremos alguém contra ele, a não ser por julgamento legal dos seus pares, ou pela lei da terra."

"A ninguém venderemos, a ninguém recusaremos ou atrasaremos, direito ou justiça."

O que ali se escrevia, em Latim, depois traduzido para Inglês corrente, era justo aquilo que uma Constituição Nacional Moderna e actual defende - a limitação de poderes dos órgãos Governantes, bem como a imposição das leis escritas, sendo o princípio fundamental da organização Social do Estado, denominado Império da Lei.

800 Anos mais tarde, ou pelo menos 799, em 2014, o aprendizado da Magna Charta, parece não ter tido o seu direito fundamental de Libertatum aplicado à razão de aplicação de uma medida de resolução, ao se ver o resultado que a mesma, na génesis de todo um Processo, teve.

Se Portugal tem essa tradição histórica do atraso em se fazerem chegar determinados valores vindos de um longínquo exterior, parece que entre fronteiras, a perversão de algo tão sólido e transversal quanto os direitos contidos na Magna Carta não se viram de todo assegurados.

Pode que um Rei tenha ficado sem-Terra, mas os Barões, por cá, também tudo perderam, sendo que a Justiça, na sua cegueira característica, preferiu deixar ver quem perceberia a toxicidade da contaminação sistémica.

Homens livres são presos para inquirir, privados da sua liberdade e propriedade.

Muitos são julgados sem julgamento e feitos fora-da-lei.

Prevalece o inquérito induzido contra a palavra da prova.

Há todo um papel comercial nesta forma de se ver e ser visto na Vida. Se se resumisse uma vertente de Vida, num Processo de Inquérito à Consciência, a palavra que alavanca o Constitucionalismo da Nação seria 'idoneidade'.

De cada um e de cada qual.

Sobra apenas o exílio. O exterior onde a Constituição se cumpre.

Na garantia que será sempre irrevogável.

Manifestum

MANIFESTO PELO MELHOR da Nação que deu novos Mundos ao Mundo, edificada na memória, das brumas que a história tem, entre o cerco Mouro conquistado, proclamado por El Rei, o país que dá pelo nome de Portugal.

Do País que cortou o laço maternal, forjado na espada, e assumiu a paternidade. Do País que se aventurou e fez das ondas terra firme do traçado. Do País que plantou a semente onde germinou o pinhal dos Descobrimentos. Do País que esqueceu na esperança do retorno, no dia branco de nevoeiro. Do País que derrotado, lutou de enxada a reconquista. Do País que se lembra quando os ventos nada de bom traziam. Do País que se semeia e colhe, despótico, altruísta e tentador. Do País feito dos campos que se elevam e dão vales e montanhas. Do País que se aumenta e que a terra não cresce. Do País dos mesmos, dos mil quinhentos. Do País que se aponta e dedica, entrega e contradiz. Do país dos bufos, dos falantes, dos burros e génios errantes. Do país da história, cotovia e codorna, sereia e tritão. Do país fluvial que fez do mar a direcção.

Da vontade que o esquecimento faz memória, que desta terra nasce aquilo que é, o melhor de Portugal.

in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti.